



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE**

NATALIA GALLO CERRAO

**BIBLIOTECAS PÚBLICAS COMO AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO E
REDUÇÃO DE DESIGUALDADES: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DO
CAMPO CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE**

São Carlos

2023

NATALIA GALLO CERRAO

**BIBLIOTECAS PÚBLICAS COMO AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO E
REDUÇÃO DE DESIGUALDADES: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DO
CAMPO CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa

São Carlos 2023

C417p

Cerrao, Natalia Gallo

Bibliotecas públicas como agentes de transformação e redução de desigualdades: uma análise da perspectiva do campo Ciência, Tecnologia e Sociedade / Natalia Gallo Cerrao. – São Carlos, 2023.

88 p.

Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, 2023.

Orientadora: Prof. Dr. Luzia Sigoli Fernandes Costa.

1. Bibliotecas públicas. 2. Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). 3. Transformação. I. Autor. II. Título.

CDD 025.5

BANCA EXAMINADORA:

Nome: Profa. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa.

Orientadora e Presidente da Banca.

Professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), vinculada ao Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

Nome: Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso.

Professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), vinculada ao Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

Nome: Profa. Dra. Maria Giovanna Guedes Farias.

Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC), vinculada ao Departamento de Ciência da Informação (DCI).

Data do Exame de Defesa: 02.05.2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Natalia Gallo Cerrao, realizada em 02/05/2023.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa (UFSCar)

Prof. Dr. Maria Giovanna Guedes Farias (UFC)

Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso (UFSCar)

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho aos meus pais, Leila e Ailton, pelo apoio e amor incondicionais, sem os quais jamais teria chegado aonde estou e concluído mais essa etapa da minha vida.

À minha avó Maria e meu avô Miguel (*in memoriam*), que acompanharam meu desenvolvimento com tanto amor e dedicação, desde os primeiros dias de vida.

Aos meus companheiros felinos, Maya e Fred, por serem luz na minha vida.

À minha orientadora, Profa. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa, pelo carinho, pela orientação e valiosas considerações à pesquisa.

Aos membros da banca, Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso e Profa. Dra. Maria Giovanna Guedes Farias.

Ao Prof. Dr. Fabiano Castro, que foi meu orientador na graduação e no mestrado em Ciência da Informação, por todo o carinho e imensos aprendizados.

Aos bibliotecários da UFSCar, Ronildo Prado e Jandira Rossi, por todo o aprendizado, pelo apoio e todo o carinho e conselhos que jamais esquecerei. Agradeço por me proporcionarem uma maravilhosa experiência como estagiária da Biblioteca Comunitária (BCo/UFSCar), onde iniciei carreira profissional.

À Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), cujo ingresso na graduação e pós-graduação é meu maior sonho realizado.

RESUMO

É essencial que a sociedade reflita sobre seu papel ativo e questionador no uso dos produtos e serviços e também nas decisões acerca da ciência e da tecnologia, também em detrimento à inclusão informacional/digital e às iniciativas de combate à desigualdade e discriminação, em especial na atual Sociedade da Informação. Tais observações são preocupações e questões de pesquisa do Campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), sendo exploradas em diversas instâncias. Essa pesquisa tem como objetivo principal compreender de que forma as bibliotecas públicas atuam como agentes na luta contra a exclusão, desigualdade, discriminação e desinformação, na perspectiva do campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Além disso, objetivou-se identificar, na literatura científica, iniciativas e práticas que evidenciam o papel transformador e ativo das bibliotecas na sociedade, por meio de propostas com para transformações sociais, tecnológicas e informacionais. Para alcançar os objetivos propostos, foi adotado o procedimento metodológico de revisão de literatura, realizando a busca no Portal de Periódicos da CAPES por meio de protocolo predefinido com estratégias de busca e análise textual com confecção de fichamento. Foram identificados vinte e seis artigos em conformidade com os objetivos da pesquisa, sendo considerada um número pequeno diante de todo o conteúdo disponível no portal. Por meio da análise desses artigos, foi possível refletir sobre a atuação das bibliotecas e sua relação com as perspectivas e reflexões do Campo CTS. Dentre as atividades mais expressivas, elencam-se as contações de história, as rodas de leitura, as oficinas para aprendizados múltiplos e a disponibilização de computadores com acesso à Internet como as que mais foram citadas nos artigos recuperados, evidenciando a capacidade de expressiva atuação das bibliotecas para promover transformações na comunidade.

Palavras-chave: Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Bibliotecas. Agente social. Literacia informacional.

ABSTRACT

It is essential that society reflects on its active and questioning role in the use of products and services and also in decisions about science and technology, also to the detriment of informational/digital inclusion and initiatives to combat inequality and unemployment, in particular in today's Information Society. Such observations are concerns and research questions of the Field Science, Technology and Society (STS), and they are being explored in several instances. The main objective of this research is to understand how public libraries operate as agents in the fight against exclusion, inequality, discrimination and misinformation, from the perspective of the Science, Technology and Society (STS) field. In addition, the objective was to identify, in the scientific literature, initiatives and practices that demonstrate the transforming and active role of libraries in society, through proposals for social, technological and informational transformations. In order to achieve the proposed objectives, the methodological procedure of literature review was adopted, performing a search on the CAPES Periodicals Portal through a predefined protocol with search strategies and textual analysis with the creation of a file. Twenty-six articles were identified in accordance with the research objectives, being considered a small number in view of all the content available on the portal. Through the analysis of these articles, it was possible to reflect on the work of libraries and their relationship with the perspectives and reflections of the CTS Field. Among the most expressive activities, storytelling, reading circles, workshops for multiple learning and the availability of computers with Internet access are listed as the ones that were most cited in the retrieved articles, evidencing the expressive performance capacity of the libraries to promote transformations in its community.

Keywords: Science, Technology and Society (STS). Libraries. Social agent. Information literacy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	9
1.1 Objetivos.....	11
1.2 Metodologia	12
1.3 Estrutura da dissertação	15
2 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	17
2.1 A ascensão do Campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).....	21
2.2 Alfabetização científico-tecnológica e conscientização CTS	26
3 CONTRIBUIÇÕES DO CAMPO CTS PARA O ENTENDIMENTO DAS BIBLIOTECAS COMO LOCUS DE INCLUSÃO INFORMACIONAL E DE LUTA CONTRA A DESIGUALDADE	32
3.1 Responsabilidade social das bibliotecas.....	33
3.2 Explosão informacional e literacia em informação: “problema” das bibliotecas?	40
3.3 O combate à discriminação	49
3.4 Ações afirmativas e iniciativas conscientizadoras em combate à desigualdade	53
3.5 Projeto Escola do Futuro: integração das bibliotecas com a comunidade	58
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA: O PAPEL TRANSFORMADOR DA BIBLIOTECA	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS.....	84

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Diversas transformações na sociedade contemporânea têm sido observadas, sendo que boa parte deve-se ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, refletindo em significativas mudanças em nível econômico, político, educacional, informacional e social.

A ciência e a tecnologia sempre foram fundamentais para os avanços na sociedade e sempre foram decisivas nas descobertas e decisões que envolvem todo o contexto humano e a compreensão de mundo por parte da sociedade, assim como suas transformações e adequações.

Não somente pesquisadores ou cientistas precisam refletir sobre a ciência e tecnologia. É essencial que todo indivíduo seja conscientizado e alfabetizado sobre seus impactos na sociedade e em questões sociais, de saúde, econômicas, educacionais, informacionais, éticas e políticas, visto que exercem uma imensa influência na sociedade e fazem parte de inúmeros aspectos da vida e do cotidiano humano.

A reflexão e a análise do papel, da influência, dos objetivos, benfeitorias e até mesmo os pontos negativos e polêmicos das mesmas dentro da sociedade, devem acompanhar uma função crítica permanente, de modo que sempre esteja em sintonia com as novas visões do homem e da sociedade que a ciência e a tecnologia promovem.

Conforme Bazzo (2003) os estudos Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) são um aporte teórico multidisciplinar que abordam as interrelações entre a ciência, a tecnologia e a sociedade, incentivando a participação mais democrática nas decisões e descobertas que envolvem o contexto científico-tecnológico e suas consequências sociais.

Entre as diversas possibilidades de espaços para a conscientização sobre a ciência e tecnologia, como o ramo da educação e os ambientes educacionais e informacionais, por exemplo, essa pesquisa foca nas bibliotecas públicas, ambientes democráticos e seguros com atuação direta na educação e na conscientização da sociedade.

Dessa maneira, atenta-se quanto ao objetivo central dessa pesquisa: analisar as bibliotecas públicas como agentes de transformação e redução de desigualdades, na perspectiva do campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

É necessário promover e lutar pela autonomia, liberdade e participação ativa do indivíduo nas questões que permeiam e transformam a sociedade, e acredita-se que as bibliotecas sejam um ambiente propício para tais iniciativas e pela luta contra desigualdade e discriminação.

Nessa pesquisa, defende-se que, ao discutir e explorar as relações entre ciência, tecnologia e sociedade, caminha-se no sentido de uma compreensão e educação para a cidadania, democracia, igualdade, autonomia e conscientização. Assume-se como perspectiva conscientizadora e transformadora os pressupostos do educador Paulo Freire, especialmente para a abordagem CTS.

Santos e Mortimer (2000) elencam várias estratégias utilizadas no ensino-aprendizagem e na discussão sobre ciência, tecnologia e sociedade, como: palestras, demonstrações, discussões para compreender e solucionar problemas, jogos de simulação, fóruns e debates, projetos individuais e de grupos, pesquisa de campo e ação comunitária. Tais estratégias podem servir como norteadoras para que a sociedade compreenda e possa estar cada vez mais integrada no desenvolvimento dessas áreas, além de servirem como medidas socioeducativas desenvolvidas nos espaços das bibliotecas públicas.

Entende-se que uma das maiores missões das bibliotecas é oferecer serviços que tenham como base a disseminação democrática da informação, da cultura e do conhecimento. O acesso à informação e à cultura é um direito do cidadão, e as bibliotecas devem garantir esse direito sem restrições.

De acordo com o Manifesto da Unesco/IFLA acerca das bibliotecas públicas (1994), essas fornecem condições básicas para a aprendizagem contínua, a tomada de decisão independente e o desenvolvimento cultural de indivíduos e grupos sociais. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos.

Assim, as bibliotecas podem se tornar espaços de criação, socialização, representação e discussão do cotidiano e dos fenômenos sociais, ampliando o espectro de suas funções e atividades tradicionais. É essencial refletir sobre as

bibliotecas como ambiente de apoio e de mediação para discussões, reflexões, iniciativas de transformação, ações afirmativas e medidas socioeducativas.

Destaca-se nesta pesquisa o ambiente da biblioteca como propício, estimulante e enriquecedor para a democratização da ciência, tecnologia e sociedade. Trata-se de um equipamento, ou ambiente de apoio, para o campo CTS e suas reflexões acerca da sociedade moderna, a chamada Sociedade da Informação.

Parte-se do pressuposto de que ainda há necessidade de se incorporar, mais fortemente, algumas temáticas e epistemologias do campo CTS ao cotidiano das bibliotecas para sua atuação com a informação e com a sociedade em diferentes contextos e dimensões, contribuindo, assim, mais ativamente em prol de uma sociedade que se constitui pela diversidade.

Sendo assim, a metodologia aplicada buscou compreender a atuação das bibliotecas na perspectiva teórico-metodológica do Campo CTS.

Diante disso, foram delineados os objetivos geral e específicos que orientem na busca por resultados de pesquisa satisfatórios e que tragam contribuições para analisar a influência do pensamento CTS para os serviços e produtos ofertados em bibliotecas públicas no Brasil.

Acredita-se que compreender as bibliotecas públicas brasileiras na perspectiva de um campo multidisciplinar como o CTS possa ser um aporte positivo para que se valorize e fomente as atividades realizadas nesse espaço pluralizado e tão valioso.

1.1 Objetivos

Esta pesquisa possui como objetivo central analisar e compreender as bibliotecas públicas brasileiras como agente mediador de transformações sociais, tecnológicas e informacionais e como ambiente de apoio à inclusão e luta contra desigualdades, na perspectiva da compreensão do Campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

Como objetivos específicos, são elencados:

- a) Discorrer sobre os estudos Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e a conscientização em CTS da população.

- b) Refletir acerca das contribuições teórico-epistemológicas do Campo CTS para as bibliotecas como ambiente de ensino-aprendizagem, inclusão social, cultural, informacional e na luta contra a discriminação e a desigualdade.
- c) Compreender o papel responsável e transformador das bibliotecas públicas perante à sociedade.
- d) Identificar e analisar exemplos, na literatura científica, de iniciativas e práticas que evidenciam o papel transformador das bibliotecas, com potencial para transformações sociais, tecnológicas e informacionais, e assim compreender a atuação das bibliotecas na perspectiva teórico-metodológica do Campo CTS.

1.2 Metodologia

Define-se a pesquisa como descritiva, com o objetivo de explorar e aprofundar conhecimento teórico acerca do tema principal da mesma: o papel das bibliotecas públicas brasileiras na luta contra a desigualdade, discriminação e desinformação, à luz das perspectivas teórico-metodológicas do campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

O caráter quali-quantitativo do estudo aborda a temática por meio da coleta de dados, buscando compreender o problema de pesquisa na análise exaustiva da literatura científica coletada e analisar como se configura na literatura científica as ocorrências do tema, por meio do estudo e análise de cada artigo recuperado e selecionado.

Foi utilizada a abordagem da análise textual discursiva, que propicia construções e (re)construções do objeto da pesquisa, dos fenômenos investigados na pesquisa e de sua compreensão como um todo e para demais pesquisadores, além da reconstrução e do repensar do entendimento de ciência e de seus caminhos de produção. (MORAES; GALIAZZI, 2006)

Na etapa do planejamento da revisão, buscou-se compreender melhor o tema proposto e explorado, adquirindo mais conhecimento e domínio acerca das possibilidades de pesquisa e do contexto geral.

Para a busca, foram utilizadas palavras-chave (termos de busca) que melhor atendessem o objetivo de recuperar documentos de forma eficaz e condizente com os objetivos da pesquisa, no espaço de “busca avançada” no Portal.

A *string* de busca definida combinou operadores booleanos para fazer uso de estratégias de busca que melhor atendessem aos objetivos de pesquisa, e foi definida como:

(“biblioteca” OR “bibliotecas”) AND (“ações afirmativas” OR “transformação” OR “alfabetização científica” OR “desigualdade” OR “desinformação” OR “CTS”).

Definiu-se que o escopo principal da pesquisa seria estudar como se configura a atuação das bibliotecas públicas em nível nacional, somente no território brasileiro, e em artigos escritos somente no idioma português (do Brasil).

Não foi definido um intervalo de tempo ou ano de início como critério de seleção de artigos, portanto a busca recuperou todos os artigos publicados e indexados com essa temática, desde o mais recente até o mais antigo. A revisão bibliográfica explicitada nessa pesquisa foi realizada no mês de agosto de 2022.

A base de dados escolhida para busca e levantamento bibliográfico foi realizado no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), considerado um dos maiores acervos científicos virtuais do Brasil. O Portal de Periódicos CAPES disponibiliza conteúdos nacionais e internacionais, inteiramente financiado pelo Governo Federal.

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) é assinante desse portal, que conta com mais de 49 mil periódicos científicos e 455 bases de dados de conteúdos diversos. Com o login institucional, o pesquisador associado à UFSCar pode acessar o conteúdo do portal assinado pela instituição.

O Portal de Periódicos CAPES é um ambiente interativo e de navegação intuitiva e fluida, portanto não houve dificuldade em nenhuma etapa da utilização do sistema.

Foi elaborado um protocolo de pesquisa, definindo os critérios de inclusão e exclusão de artigos, sendo (I) para inclusão e (E) para exclusão, a saber:

- (I) Artigos sobre bibliotecas e seu papel transformador na sociedade.
- (I) Artigos sobre o papel das bibliotecas na luta contra a desigualdade, discriminação e/ou desinformação.

(I) Artigos escritos somente em língua portuguesa.

(E) Artigos cujo texto completo não pudesse ser acessado.

(E) Artigos que não abordassem, em nenhuma instância, o ambiente das bibliotecas.

Após realizado o levantamento bibliográfico por meio da *string* de busca, foram recuperados 517 artigos no total.

Partindo para a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, cada artigo recuperado passou por uma avaliação sistemática, com o objetivo de verificar se contribuíam ou não para o objetivo da pesquisa. Foram lidos e analisados os elementos: título, palavras-chave, resumo e introdução. Caso fosse necessário, para melhor análise foi também lido a conclusão e/ou o texto integral do trabalho.

A seleção final dos documentos obedeceu aos critérios de inclusão e de exclusão definidos no protocolo da pesquisa, e também correspondeu à pertinência em relação ao tema da pesquisa, envolvendo as contribuições das bibliotecas públicas para o Campo CTS.

Excluiu-se da seleção os artigos que não puderam ser acessados na íntegra (texto completo).

Foram descartados artigos que não mencionavam a atuação de bibliotecas brasileiras como ambientes de apoio ou mediação à iniciativas sociais, informacionais, de igualdade ou na luta à desinformação ou discriminação - seja ela de qualquer tipo. O objetivo foi selecionar somente documentos que indicassem o papel das bibliotecas como agentes de transformação.

Foram considerados 26 artigos como resultado final, que estivessem em total acordo com os objetivos da pesquisa e critérios de seleção.

A análise dos trabalhos selecionados objetivou o desenvolvimento de um extenso referencial teórico, contribuindo para a compreensão mais detalhada acerca do escopo de pesquisa.

Essa análise foi baseada na leitura integral dos textos de cada artigo selecionado para que pudessem ser elencados os tópicos e temas principais, com foco em como cada pesquisa tratou o ambiente das bibliotecas. Para cada um dos trabalhos, foi elaborada uma discussão em forma de resumo para apresentar a visão

geral, métodos utilizados, apontamentos e considerações e especialmente os casos relatados nos artigos.

Sendo assim, para apropriação dos conteúdos e contribuições de cada artigo, adotou-se a técnica de fichamento analítico detalhado dos mesmos.

Para contribuir com os objetivos dessa pesquisa, buscou-se localizar, entre esses artigos recuperados e selecionados, exemplos práticos da atuação de bibliotecas em iniciativas de inclusão transformação social e informacional, para que se compreenda como as bibliotecas públicas brasileiras estão atuando no combate à desigualdade e discriminação e medidas socioeducativas, e como podem ser vistas na perspectiva das discussões do Campo CTS que envolvem as relações entre ciência, tecnologia e sociedade.

Dessa maneira, foi possível compreender, no território brasileiro, com mais aprofundamento os serviços e produtos oferecidos e promovidos nas bibliotecas públicas e também encontrar exemplos práticos que evidenciem a importância das mesmas para a sociedade como um todo na perspectiva dos avanços da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

1.3 Estrutura da dissertação

A estrutura completa, proposta para o desenvolvimento da dissertação e apresentação de seus resultados parciais, é composta pelos seguintes capítulos:

A Sessão 1: INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA traz a contextualização da pesquisa e sua temática, seus objetivos geral e específicos, a metodologia adotada e uma sessão explicando a estrutura da dissertação.

A Sessão 2: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE traz noções sobre ciência, tecnologia, sociedade e suas correlações, tal como a ascensão do Campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

A Sessão 3: CONTRIBUIÇÕES DO CAMPO CTS PARA O ENTENDIMENTO DAS BIBLIOTECAS COMO LOCUS DE INCLUSÃO INFORMACIONAL E DE LUTA CONTRA A DESIGUALDADE discorre acerca das bibliotecas públicas brasileiras como ambientes de transformação e da contribuição teórico-epistemológica do Campo CTS para os produtos e serviços das mesmas. Aborda a responsabilidade

social e socioeducativa das bibliotecas, tal como seu papel na literacia informacional e no combate à discriminação e desigualdade. Discorre também sobre o Projeto Escola do Futuro, como exemplo de integração da biblioteca com a comunidade.

A Sessão 4: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA: O PAPEL TRANSFORMADOR DA BIBLIOTECA traz a parte prática da pesquisa, a análise do papel da biblioteca como agente de transformações na prática, com exemplos identificados por meio de artigos recuperados e selecionados por meio de revisão da literatura, onde cada artigo é discutido.

A Sessão 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS apresenta os resultados obtidos e conclusões finais após as etapas de revisão da literatura e pesquisa bibliográfica.

Por fim, as referências bibliográficas aparecem na última sessão.

2 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

Nesta seção, a pesquisa trará os conceitos de ciência e de tecnologia separadamente, para que em seguida possa refletir e expor sua correlação entre si e também com a sociedade, especificamente nos moldes de uma revisão teórica baseada nos estudos do Campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

Ao refletir a ciência, a tecnologia e a sociedade, reflete-se sobre a ação humana e todo o conhecimento desenvolvido a partir das diversas transformações tecnológicas, científicas e sociais de acordo com o tempo, bem como a influência das tecnologias, produtos e dos serviços utilizados no cotidiano da sociedade.

Especialmente nas últimas décadas, a ciência e a tecnologia foram elevadas a verdadeiros símbolos da era moderna. Novos "avanços" responsáveis por renovar as esperanças e expectativas da sociedade em suas projeções de futuro têm sido vistos como ferramentas capazes de superar qualquer problema que possamos encontrar e/ou criar. No entanto, é importante considerar que existem incertezas sobre a aplicabilidade e o acesso a esses avanços, além do fato de que eles - quase sempre - carregam riscos potenciais que merecem tanta atenção quanto seus supostos benefícios. (VALÉRIO; BAZZO, 2006)

A ciência e a tecnologia são atividades/produtos/serviços desenvolvidos e realizados pelos seres humanos, situados no tempo e no espaço, sendo impossível compreendê-los separadamente. (BAZZO, 2008)

O termo "ciência" deriva do latim "scientia", que equivale a "conhecimento" ou "saber". São inúmeras as concepções encontradas na literatura científica para a ciência. Tal conceito é amplamente estudado por pesquisadores ao longo dos séculos e contextos.

Em sentido amplo e generalizado, a sociedade encara a ciência como os conhecimentos e práticas padronizados por provas e contestação, instrumentação e sistematização.

A grande diferença, em tese, que se estabelece entre o saber comum e o científico não está no conteúdo, na matéria ou na natureza, e sim na organização, na sistematicidade; em suma, no método. Dentro desta ótica, o saber comum é a acumulação imperfeita e incompleta de conhecimentos, enquanto a ciência se reconhece pela contundência em tornar a natureza explícita por meio da elaboração de um sistema completo e coerente de enunciados com suas

explicações perfeitamente construídas e repletas de 'verdades'.
(BAZZO, 1998)

Os estudos de Thomas Kuhn, em específico sua obra datada de 1962, “A Estrutura das Revoluções Científicas”, discorrem acerca da ciência, sua dinâmica e desenvolvimento. O autor refuta a concepção “tradicional”, ou “herdada”, sobre a ciência, que a remetia como um empreendimento autônomo, objetivo e neutro, alheio a condicionantes externos, como sociais, políticos e econômicos.

Kuhn (1962) argumenta que a resposta para o que é ciência viria da caracterização e reflexão de seus aspectos dinâmicos. Explica que a ciência conta com períodos estáveis, sem alterações bruscas ou revoluções, onde os cientistas e pesquisadores dedicam-se a resolver rotinas guiadas por paradigma teórico em comum. Nesse período vão se acumulando problemas e enigmas não resolvidos, e tais períodos estáveis são caracterizados como “ciência normal”. Já a “ciência revolucionária” caracteriza-se pelo surgimento de paradigmas revolucionários com inúmeras mudanças de pensamentos e métodos, criando um novo paradigma para o fazer-ciência.

A partir de Thomas Kuhn, conceitos como “busca da verdade” e “métodos científicos” passam a ser substituídos por “comunidade” e “tradição”. O autor defende que a análise racionalista da ciência proposta pelo positivismo lógico e pela abordagem tradicional é insuficiente, sendo necessário apelar para a dimensão social da ciência para explicar a produção, manutenção e as mudanças nas teorias científicas, preparando o terreno para estudos interdisciplinares e sociais da ciência. Sendo assim, passa-se a resolver a analisar e interpretar a ciência dentro de contextos sociais, históricos, políticos e econômicos.

Além da ciência, é necessário também refletir sobre a tecnologia. O amplo conceito de tecnologia remete aos conhecimentos, em especial princípios científicos, que se aplicam a uma atividade ou ramo. A tecnologia está ligada à ciência, tratando-se da aplicação do conhecimento científico para obter resultados práticos.

A tecnologia consiste em um conjunto de atividades humanas, associadas a sistemas de símbolos, instrumentos e máquinas, visando à construção de obras e à fabricação de produtos por meio de conhecimento sistematizado (SANTOS; MORTIMER, 2000, p. 117).

De acordo com Bazzo (1998), a tecnologia simboliza uma grande complexidade e qualquer intento por defini-la deveria considerar sua relação com a ciência e com a sociedade, assim como a integração de elementos materiais (ferramentas, máquinas, equipamentos) e não-materiais (informação, conhecimento, métodos, organização, comunicação e relações interpessoais). O autor considera a evolução da tecnologia inseparável das estruturas sociais e econômicas da sociedade.

Santos e Mortimer (2000) analisam que atualmente a tecnologia está associada diretamente ao conhecimento científico, de modo que tecnologia e ciência são termos indissociáveis.

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia tem acarretado diversas transformações na sociedade contemporânea, refletindo em mudanças nos níveis econômico, político e social. É comum considerarmos ciência e tecnologia motores do progresso que proporcionam não só desenvolvimento do saber humano, mas, também, uma evolução real para o homem. (PINHEIRO; SILVEIRA; BAZZO, 2007, p. 72)

Conforme Acevedo-Díaz, Vásquez Alonso e Manassero Mas (2002), a confiança ilimitada na ciência e tecnologia como principais causas do progresso social (visão herdada do século XIX) serviu de suporte às ideologias científicas e tecnocráticas durante o século XX. Como consequência de certos excessos tecnológicos e científicos, havia um sentimento de medo nos cidadãos que ao mesmo tempo gerou fortes críticas contra a ciência e tecnologia, reforçando posições anticientíficas e antitecnológicas (particularmente no final dos anos 1960 e durante os anos 1970).

No alvorecer do século XXI, surge um consenso crescente que a ciência e a tecnologia trazem muitos benefícios positivos e também impactos negativos, alguns deles imprevisíveis.

Pode-se afirmar que ciência e a tecnologia fazem parte de diferentes aspectos da vida e do cotidiano humano, tanto no ambiente doméstico quanto no espaço de trabalho, na educação, na cultura, no lazer, nas necessidades de saúde, nas questões urbanas e sociais, onde delas são utilizados produtos, instrumentos e serviços tecnológicos, e assim permanecerão cada vez mais inseridas e necessárias.

O refletir sobre a ciência e tecnologia necessita de uma ampla interdisciplinaridade, a partir das experiências tecnológicas que constantemente vêm

alterando nossa visão de mundo. Ela deve tratar de temas como a busca de uma definição clara do que seja tecnologia e o que representa para o bem-estar do ser humano; o estudo da vinculação entre progresso social e progresso tecnológico; análises sobre as complexas relações entre a ciência e a tecnologia; o questionamento e a elaboração de critérios de comportamento sobre a problemática ética que comportam a ciência e a tecnologia dentro do seu contexto sociocultural. (BAZZO, 1998)

Ciência e tecnologia têm sido, sobretudo nas últimas décadas, elevadas a verdadeiros símbolos dos tempos modernos. Responsáveis por renovar as esperanças e expectativas sociais em suas projeções sobre o futuro, os novos “avanços” vêm sendo encarados como ferramentas capazes de suplantar qualquer problema com o qual podemos nos deparar e/ou criar. Contudo, é importante considerar que existem incertezas sobre a aplicabilidade e o acesso a esses avanços, além do fato de que – quase sempre – eles ensejam riscos potenciais merecedores de tanta atenção quanto seus pretensos benefícios. (VALÉRIO; BAZZO, 2006, p. 31)

É evidente que o desenvolvimento vertiginoso da ciência e da tecnologia está alcançando resultados com potencial extraordinário para transformar a natureza e satisfazer muitas necessidades humanas. No entanto, também resulta em crescente degradação ambiental, criando novos riscos e culminando em questões éticas e legais de longo alcance. Um dos maiores desafios contemporâneos é conciliar a ciência e a tecnologia orientadas para a inovação produtiva com a preservação da natureza e a satisfação de necessidades sociais. (ACEVEDO-DÍAZ; VÁSQUEZ ALONSO; MANASSERO MAS, 2002)

Desse modo, surge o movimento CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade), incorporando o componente crítico em relação à ciência e tecnologia, herdado de alguns importantes eventos e movimentos sociais e ativistas, ocorridos durante os anos 60.

2.1 A ascensão do Campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)

Originário no final dos anos 1960 e princípio dos anos 1970, o campo de conhecimento Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) surge no contexto histórico de reações acadêmicas, administrativas e sociais em oposição à concepção herdada ou tradicional da ciência e da tecnologia.

Esse movimento tem se manifestado desde 1970, tendo sido base para construir currículos em vários países, em especial os de ciências, dando prioridade a uma alfabetização em ciência e tecnologia interligada ao contexto social. Originou-se a partir de correntes de investigação em filosofia e sociologia da ciência. (PINHEIRO; SILVEIRA; BAZZO, 2007, p. 73)

Conforme Colombo e Fetz (2017, p. 46), o campo científico vêm adotando reflexões inter e multidisciplinares, saberes que visam atender as necessidades da sociedade moderna, complexa em sua origem, e que exige dos pesquisadores contemporâneos a exploração do conhecimento através de um senso crítico apurado.

Não são apenas os pesquisadores, cientistas ou os tecnólogos que devem refletir sobre a ciência e tecnologia. É necessário e essencial que todo indivíduo seja conscientizado e ensinado sobre seus impactos na sociedade e em questões sociais, econômicas, educacionais, informacionais, éticas e políticas, por exemplo.

Conforme Colombo e Fetz (2017), o campo CTS - pautado por critérios de interdisciplinaridade e críticas ao modelo convencional de prática científica - busca aliar a prática científica com uma maior conscientização humana sobre os rumos da ciência, da tecnologia e da sociedade.

É necessário, na sociedade atual, evidenciar a dimensão social do desenvolvimento científico-tecnológico, compreendido como produto resultante de diversos fatores, como: sociais, econômicos, culturais, políticos, etc.

O contexto histórico, geográfico e econômico desse desenvolvimento deve ser analisado e considerado como uma realidade que contribui de forma decisiva para mudanças sociais, cujas manifestações se expressam na relação do homem consigo mesmo e com os outros. (BAZZO, 1998)

O objeto de estudo do campo CTS está constituído pelos aspectos sociais da ciência da tecnologia tanto no que se refere aos fatores sociais que influenciam na mudança científico-tecnológica como no que diz respeito as consequências sociais,

ambientais, políticas, culturais e econômicas. (GONZÁLEZ GARCÍA; LÓPEZ CERREZO; LUJÁN, 1996)

Os estudos CTS definem hoje um recente campo de trabalho heterogêneo, de caráter crítico a respeito da tradicional imagem da ciência da tecnologia, e de caráter interdisciplinar por concorrer em disciplinas como filosofia, sociologia, economia, teorias da educação, entre outras, envolvendo a integração com a sociedade e sua influência em transformações sociais. (PALACIOS et al., 2001)

Os “estudos CTS” têm sua origem entre as décadas de 60 e 70 e definem hoje um campo de trabalho e docência em franca consolidação. Suas abordagens são de caráter crítico, perante a tradicional imagem essencialista da C&T, e de caráter interdisciplinar, por coincidir em disciplinas como a filosofia, a história e a sociologia da ciência, além de relacioná-las com a política e a economia, por exemplo. (VALÉRIO; BAZZO, 2006, p. 33)

Para Hayashi e Furnival (2008), tais estudos concentram-se em temas como educação, comunicação, mudança social e tecnológica e políticas públicas, constituindo um campo multidisciplinar e de parâmetros divergentes.

O aspecto mais inovador desta nova abordagem trata-se da caracterização social dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento científico. Em geral, propõe-se entender a ciência e tecnologia não como um processo ou atividade que segue uma lógica interna de desenvolvimento, mas como um processo ou produto inerentemente social, onde elementos não epistêmicos ou técnicos (por exemplo, valores morais, convicções religiosas, interesses profissionais, pressões econômicas, etc.) desempenham um papel decisivo na gênese e consolidação de ideias científicas e artefatos tecnológicos. (PALACIOS *et al.*, 2001)

Os estudos CTS abordam as inter-relações entre a ciência, a tecnologia e a sociedade, constituindo um campo que se volta tanto para a investigação acadêmica como para as políticas públicas e gestão da ciência e tecnologia, incentivando a reivindicação da população para uma participação mais democrática nas decisões e descobertas que envolvem o contexto científico-tecnológico ao qual pertence; busca compreender os aspectos sociais do desenvolvimento técnico-científico, tanto nos benefícios como também nas consequências sociais. (BAZZO; 2003, p. 119)

Nas origens do movimento CTS existem diferentes fatores, como os discutidos por Acevedo-Díaz, Vásquez Alonso e Manassero Mas (2002): a necessidade de

gerenciar grandes laboratórios (industriais e militares) e centros de pesquisa e desenvolvimento; o surgimento de uma consciência crítica dos efeitos negativos da ciência e tecnologia; a necessidade de criar instituições e formar especialistas conscientes; o surgimento de pesquisas que questionam a imagem tradicional da ciência e tecnologia como atividades isoladas do contexto social, político e econômico.

De acordo com levantamento bibliográfico realizado por Strieder (2008), há uma compreensão muito diversificada do que venha a ser uma abordagem CTS, envolvendo, por exemplo: contextualizar o conhecimento científico, relacionando com o cotidiano; compreender a natureza da ciência e o trabalho científico; compreender as relações entre a ciência e a tecnologia, entre a tecnologia e a sociedade; formar cidadãos cientes de seus direitos e deveres; contribuir para que os educandos compreendam a atividade científico-tecnológica e estejam preparados para participar em decisões que envolvem a mesma.

Não obstante as possíveis diferenças, importa que os estudos CTS sejam entendidos como uma área onde a preocupação fundamental é tratar ciência e tecnologia na perspectiva de suas relações, conseqüências e respostas sociais. Assim, conferese um caráter de atualidade a esta referência, de forma que ela responde aos anseios de composição de uma sociedade democrática, que considera as repercussões da C&T e se propõe a construir estruturas para orientá-las. (VALÉRIO; BAZZO, 2006, p. 34)

Nesse campo de investigação, percebe-se a necessidade constante de inserir a ciência e tecnologia em novas concepções vinculadas ao contexto social.

O conhecimento científico deixa de ser considerado algo sagrado e inviolável – pelo contrário, está sujeito a críticas e a reformulações, como mostra a sua própria história. Encara-se a responsabilidade política, social e econômica da ciência, levando a sociedade a questionar, desenvolver o senso crítico, formando-a como tomadora de decisões e avaliadora do papel das decisões humanas na determinação da sobrevivência e da vida na sociedade futura.

Conforme Valério e Bazzo (2006), ainda há um extenso caminho a percorrer no que se refere à percepção crítica sobre o papel da ciência e tecnologia na sociedade contemporânea. Atualmente, a visão social corrente configura apenas uma representação caricaturada, que não se mostra condizente com a construção histórica da ciência, tecnologia e sociedade. Ideais de autonomia e neutralidade ainda são

associados à tais práticas, trazendo limitações em relação a uma visão realista de seu impacto na sociedade.

A segunda metade do século XX tem as marcas desta exposição. O até então desconhecido “outro lado” da C&T tem abalado a crença no pretense objetivo de bem-estar comum e exposto as possibilidades de mau uso do conhecimento científico e da técnica. A partir deste momento, vem sendo criada uma nova postura pública em relação à C&T, na qual fica claro que seus avanços, além de não beneficiarem a todos, congregam, muitas vezes, efeitos bastante indesejáveis. (VALÉRIO; BAZZO, 2006, p. 33)

É cada vez mais evidente que os avanços científicos e tecnológicos não beneficiaram a todos igualmente. Enquanto uma restrita e privilegiada parcela da sociedade ampliou potencialmente seus domínios - camuflada no discurso sobre a neutralidade da ciência e tecnologia, e sobre a necessidade do progresso para beneficiar as maiorias – grande parte da população teve seus domínios reduzidos, enquanto outros continuam marginalizados, na miséria material e cognitiva. (ANGOTTI; AUTH, 2001)

É essencial questionar as formas herdadas de refletir sobre os avanços da ciência e da tecnologia, suas causas e consequências na sociedade devem ser analisadas de forma contextualizada, como uma criação humana. Por isso estão fortemente ligadas à evolução do ser humano, desenvolvendo-se permeadas pela ação reflexiva de quem sofre ou é responsável pelas diversas crises inerentes a esse processo de desenvolvimento. (PINHEIRO; SILVEIRA; BAZZO, 2007, p. 75)

É imprescindível que os indivíduos assumam uma postura reflexiva, questionadora, crítica e responsável acerca do contexto da ciência e tecnologia e da própria sociedade, para a própria vida.

Vivemos dias de intensa interferência de inovações científicas/tecnológicas no contexto social. As relações humanas são fortemente ressignificadas pela influência desses aparatos e nosso cotidiano é totalmente permeado por eles. Nosso futuro se apresenta como fruto daquilo que a C&T nos puder oferecer. E devemos reconhecer que a vida humana, tal qual admitimos, dificilmente poderia ser imaginada sem considerar a presença e o significado social da C&T. (VALÉRIO; BAZZO, 2006, p. 32)

De modo que seja efetivada a participação pública nas discussões e decisões, é essencial que os cidadãos exijam seu direito de voz, devendo ser-lhes garantida a igualdade do ativismo, juntamente com especialistas e autoridades públicas.

Torna-se cada vez mais necessário que a população possa, além de ter acesso às informações sobre o desenvolvimento científico-tecnológico, ter também condições de avaliar e participar das decisões que venham a atingir o meio onde vive. É necessário que a sociedade, em geral, comece a questionar sobre os impactos da evolução e aplicação da ciência e tecnologia sobre seu entorno e consiga perceber que, muitas vezes, certas atitudes não atendem à maioria, mas, sim, aos interesses dominantes. (PINHEIRO; SILVEIRA; BAZZO, 2007, p. 72)

Ainda conforme Pinheiro, Silveira e Bazzo (2007), cada cidadão possui sua postura e valores sobre as questões científicas, tecnológicas e sociais, portanto é essencial uma adequada participação na tomada de decisões que envolvem essa temática na sociedade. As pessoas precisam ter acesso à ciência e à tecnologia, não somente no sentido de entender e utilizar os artefatos como produtos ou conhecimentos, mas, também, opinar sobre o uso desses produtos, percebendo que não são definitivos e nem absolutos.

Deve-se lutar para que os cidadãos comuns tenham cada vez mais acesso aos dados relativos à ciência e tecnologia e seus produtos. Uma sociedade crítica e reflexiva necessita da democratização dos conhecimentos e valores que sustentam a ciência, especialmente em seus bastidores.

Considerando a educação como ponto de partida para a formação do homem como ser questionador e transformador da sua realidade, as avaliações e repercussões da ciência e tecnologia necessitam tomar rumos mais intensos e mais claros nas atividades didáticas.

As avaliações da ciência e da tecnologia e de suas repercussões na sociedade precisam seguramente tomar rumos mais claros e intensos nas atividades didáticas. Estes debates e discussões têm se tornado permanentes na grande maioria das instituições de ensino no mundo todo, realçando a sua pertinência e reforçando a necessidade de seguir o mesmo caminho nas escolas que trabalham a ciência e a tecnologia no Brasil. (BAZZO, 1998, p. 114)

Por isso, aponta-se a necessidade de uma educação científico-tecnológica ativa e constante.

Nessa perspectiva, defende-se a educação científica, tecnológica e social para além do desenvolvimento cognitivo e do domínio de conhecimentos, mas que propicie autonomia, liberdade e ampla participação ativa ao indivíduo e à sociedade, capacidade de compreender fenômenos do cotidiano e tomar decisões relativas ao uso e desenvolvimento da Ciência e Tecnologia.

Conforme Bazzo (1998), estes debates e discussões têm se tornado permanentes na grande maioria das instituições de ensino no mundo todo, realçando a sua pertinência e reforçando a necessidade de seguir o mesmo caminho nas escolas que trabalham a ciência e a tecnologia no Brasil.

“Alfabetizar”, portanto, os cidadãos em ciência e tecnologia é hoje uma necessidade do mundo contemporâneo.

2.2 Alfabetização científico-tecnológica e conscientização CTS

A divulgação, a reflexão e a educação sobre temas relacionados à ciência, tecnologia e sociedade empoderam os sujeitos por meio da compreensão de sua realidade de mundo e das possibilidades de intervenção na mesma, o que exige o desenvolvimento de posicionamentos éticos, sociais, democráticos, informacionais, ambientais, econômicos e políticos, tanto na esfera individual quanto coletiva.

Conforme Valério e Bazzo (2006), a divulgação científica deve propor a exposição pública não só dos conhecimentos, mas dos valores, atitudes, linguagem e funcionamento da ciência e tecnologia, fazendo uso de uma ampla gama de meios disponíveis, como: observação e interação (museus e exposições), literatura e jornalismo (televisão, rádio e mídia impressa), além de diversas outras iniciativas, utilizando-se de espaços educacionais e informacionais.

A divulgação científica é essencial para que se possa avaliar seus impactos na sociedade, exercendo a reflexão nos indivíduos sobre aquilo que surge como produto ou serviço e quais as consequências sociais.

Como já exposto, há, certamente, uma demanda pública por informação em C&T. O atendimento a esta demanda deve possibilitar formar uma sociedade capacitada a analisar criticamente as relações entre ciência, tecnologia e sociedade e, futuramente, predisposta a redimensionar a influência da sociedade na atividade científica e tecnológica. (VALÉRIO; BAZZO, 2006, p. 36)

O Movimento CTS consolida seu discurso na necessidade de tornar mais democráticas as decisões sobre ciência e tecnologia, de modo que as pessoas tenham consciência e controle sobre como o conhecimento científico e tecnológico pode afetar suas vidas e seu cotidiano. (SANTOS, 2011)

Como apontam Valério e Bazzo (2006), nessa nova perspectiva, a ciência e tecnologia surgem como importante ferramenta educativa. Inserida no âmbito social através de uma ampla gama de meios de comunicação, carrega a possibilidade de atingir os mais diversos públicos, além de poder fomentar nesses públicos a capacidade de reflexão e ativismo sobre seus impactos na sociedade.

De acordo com Santos (2011), um dos obstáculos em relação à participação pública nas questões científico-tecnológicas é o “analfabetismo” da maioria dos cidadãos e de seus representantes políticos. É neste espaço que se inscreve o ideal da conscientização em CTS, que tem por pressuposto a formação para o exercício da cidadania.

Uma das preocupações do campo CTS, especialmente no contexto contemporâneo da Sociedade da Informação, além da alfabetização científica, também é a alfabetização informacional e midiática. A desinformação e a propagação de notícias falsas são questões gravíssimas e prejudiciais na sociedade contemporânea e cada vez mais se inserem como temas primordiais nas discussões de ciência, tecnologia e sociedade.

Dessa forma, também é essencial preparar a sociedade para lidar com o poder das mídias digitais, seus recursos e possibilidades, atuando na formação de cidadãos críticos na utilização e relação com essas ferramentas, levantando a importância da literacia digital e literacia informacional, a serem exploradas mais adiante nessa pesquisa, à luz do Campo CTS.

É importante salientar que nessa pesquisa não consideramos a difusão e conscientização/educação de ciência, tecnologia e sociedade somente nos moldes das instituições de ensino ou nos currículos, mas a analisamos principalmente em espaços propícios para sua difusão democrática, como ambientes de informação, especificamente nas bibliotecas públicas.

O ensino-aprendizagem e a difusão do Campo CTS e de suas questões principais têm como característica principal as conexões entre os conteúdos

científicos, tecnológicos e sociais, consideradas sob seus aspectos éticos, filosóficos, políticos e econômicos.

Rosenthal (1989) apresenta uma série de aspectos relacionados à ciência e tecnologia que podem ser abordados ao se educar e se conscientizar para o pensamento CTS:

Quadro 1 – Descrição dos aspectos da ciência e tecnologia

Aspectos	Descrição
Filosóficos	Aspectos éticos do trabalho científico, impacto das descobertas científicas na sociedade, responsabilidade social dos pesquisadores, etc.
Sociológicos	Influências da ciência e tecnologia sobre a sociedade, influência da sociedade no progresso científico e tecnológico, limitações e possibilidades do uso da ciência e da tecnologia para resolução de problemas sociais.
Históricos	Influências da atividade científica e tecnológica na história da humanidade, efeitos de eventos históricos no desenvolvimento e evolução da ciência e da tecnologia.
Políticos	Interações entre ciência e tecnologia e sistemas públicos e governamentais, tomadas de decisão e uso político da ciência e tecnologia, defesa global e políticas nacionais.
Econômicos	Interações entre as condições econômicas e ciência e tecnologia, contribuições dessas atividades para o desenvolvimento econômico e industrial, tecnologia e indústria, consumismo, empregabilidade, etc.
Humanísticos	Aspectos criativos, estéticos e culturais da atividade científica, efeitos do desenvolvimento científico sobre a literatura e as artes, influência das humanidades na ciência e tecnologia.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Rosenthal (1989)

A conscientização CTS prepara o indivíduo como voz ativa numa sociedade democrática, por meio da construção de conhecimentos, habilidades e valores que possibilitam sua participação na sociedade na luta pela garantia de seus direitos e do compromisso com seus deveres, tendo como principal objetivo a formação de cidadãos conscientes das implicações sociais do desenvolvimento científico-tecnológico.

As discussões que envolvem o campo CTS devem promover constantemente o desenvolvimento de valores, conduzindo sujeitos críticos e comprometidos com a democracia e sociedade.

Acevedo-Díaz, Vásquez Alonso e Manassero Mas (2002) explicam que a conscientização e educação CTS tem como um dos focos principais a formação do aluno consciente, procurando facilitar a compreensão das suas vivências cotidianas,

de modo que a ciência escolar esteja inserida no ambiente tecnológico e social dos alunos. Essa conscientização tenta preencher uma lacuna preocupante, a compreensão suficiente da ciência e tecnologia para preparar a sociedade no exercício da responsabilidade social ao tomar decisões democráticas relacionadas às mesmas. Esse objetivo geral pode ser dividido em outros mais específicos, como: empoderamento pessoal, desenvolvimento de capacidades intelectuais (pensamento crítico, raciocínio lógico, resolução criativa de problemas, tomada de decisão), preparação para o exercício da cidadania em nível local, nacional e global, formar cidadãos e trabalhadores ou empreendedores responsáveis socialmente e profissionalmente, etc.

Nos últimos anos, tem-se exigido uma educação científica e tecnológica com características mais humanísticas, a partir da necessidade de desenvolver uma compreensão pública da ciência e da tecnologia mais ampla de acordo com as novas necessidades sociais.

No contexto da educação brasileira, conforme Strieder (2008), os currículos começaram a incorporar as discussões sobre ciência, tecnologia e sociedade no final da década de 80, quando passou a ser reivindicado um ensino que contribuísse para a compreensão e uso da tecnologia e para a consolidação da democracia.

Em 1990, foi organizada a Conferência Internacional sobre Ensino de Ciências para o Século XXI: ACT – Alfabetização em ciência e tecnologia”, em Brasília, pioneira em apresentar os trabalhos do movimento CTS no Brasil. (SANTOS, 2008)

Santos e Mortimer (2000) elencam várias estratégias utilizadas no ensino e compreensão do Campo CTS, como: palestras, demonstrações, discussões para compreender e solucionar problemas, jogos de simulação, fóruns e debates, projetos individuais e de grupos, pesquisa de campo e ação comunitária.

Vale destacar que, tanto no Brasil quanto em aspecto global, a abordagem CTS na educação não apresenta um consenso quanto aos objetivos, conteúdos, abrangências e modalidades. Há um amplo espectro de possibilidades, desde aquelas que contemplam interações CTS apenas como fator de motivação, até as que tornam secundário o ensino de conhecimentos científicos, definindo como fator essencial a compreensão dessas interações. (STRIEDER, 2008)

Nessa pesquisa, assume-se como perspectiva educacional para a abordagem e compreensão do Campo CTS os pressupostos do educador Paulo Freire.

A evolução da sociedade, da tecnologia e da ciência vêm acompanhadas de transformações constantes e, especialmente no contexto atual, demanda que a sociedade esteja sempre atenta e participativa. E é necessário que os espaços de vivência, democracia, integração social e formação de pessoas participem cada vez mais dessas transformações, como os ambientes informacionais, especialmente as bibliotecas públicas.

Defende-se que ao discutir e explorar as relações entre esses três elementos, ciência, tecnologia e sociedade, caminha-se no sentido de uma educação e conscientização para a cidadania, democracia, justiça, igualdade e conscientização social.

Ao discutir questões relacionadas ao desenvolvimento científico-tecnológico e suas implicações na sociedade como um todo, é possível propiciar aos indivíduos uma compreensão de mundo que vá em direção à sua conscientização e emancipação, enquanto sujeitos capazes de refletir e especialmente de promover e realizar ações de fato.

Como apontam Acevedo-Díaz, Vásquez Alonso e Manassero Mas (2002), compreender a ciência exige que o conhecimento seja contextualizado socialmente, por meio de comportamentos e posições coerentes. A passagem da compreensão da ciência para a expressão de opinião sobre um assunto - tanto na escola como no domínio público - não é imediata, nem automática. O que se exige é uma educação de atitudes e valores que dêem coerência ao comportamento pessoal no meio social e construam uma ponte entre os conceitos da ciência e seu funcionamento no cotidiano, para o qual a dimensão tecnológica é essencial. Na discussão sobre ciência, tecnologia e suas implicações sociais, uma grande carga de valores é colocada em jogo; portanto, entender a ciência requer discussão aberta e esclarecimento dos valores morais e éticos envolvidos.

O ponto de partida da educação problematizadora deve ser o próprio homem e sua realidade, pois, somente a partir dessa situação e da percepção que dela estão tendo, poderão iniciar um processo de mudança (FREIRE, 1987).

O desenvolvimento da responsabilidade social, em especial por meio das ações sociais e da educação, é compreendido aqui como uma forma de transformar a realidade, já que pode contribuir para que a comunidade em geral passem a ter outra percepção a respeito da mesma e, além disso, passem a contar com elementos que podem auxiliar no enfrentamento das situações que possam transformá-la.

Reconhecendo a ampla diversidade dos conceitos e visões CTS, essa pesquisa situa-se na perspectiva da compreensão crítica e da participação ativa da sociedade nas discussões e na conscientização sobre o campo, com o objetivo de promover que os indivíduos e grupos sejam capazes de participar e intervir ativamente em situações relacionadas à ciência, tecnologia e à própria sociedade, que possam transformá-las para o bem comum, para a igualdade, para a luta contra a discriminação, desinformação e exclusão.

Entre as diversas possibilidades de uso de espaços/ambientes para a conscientização sobre a ciência e tecnologia e exercício da democracia, da igualdade, da liberdade de expressão - como o ramo da educação e os ambientes educacionais e informacionais, por exemplo - essa pesquisa foca nas bibliotecas públicas, ambientes democráticos e seguros com atuação direta na educação e na conscientização da sociedade.

São diversos os produtos e serviços ofertados em bibliotecas onde as teorias e epistemologias do Campo CTS podem ser compreendidas e aplicadas, que envolvem a compreensão da sociedade em meio à contextos sociais, científicos, tecnológicos e informacionais, por exemplo.

Parte-se do pressuposto de que ainda há necessidade de integrar mais fortemente a visão CTS no cotidiano das bibliotecas, em seu trabalho com a informação e com a sociedade em diferentes contextos e dimensões, e assim contribuir mais ativamente em benefício de uma sociedade marcada pela diversidade.

Compreender e contextualizar as contribuições de um campo multidisciplinar como a Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) para as bibliotecas públicas brasileiras pode ser um aporte positivo para que se valorize e fomente as atividades realizadas nesse espaço pluralizado e tão valioso.

3 CONTRIBUIÇÕES DO CAMPO CTS PARA O ENTENDIMENTO DAS BIBLIOTECAS COMO LOCUS DE INCLUSÃO INFORMACIONAL E DE LUTA

Nessa pesquisa, aborda-se o Campo CTS como base teórico-epistemológica que pode contribuir para o entendimento do ambiente da biblioteca como um lócus de transformação, de inclusão informacional, tecnológica, cultural e social, e de luta contra a discriminação e desigualdade em diversas instâncias.

Ao abordar o ambiente das bibliotecas como mediadores de transformações, é necessário revisitar seu percurso construtivo enquanto espaço social e cultural, enaltecendo três paradigmas orientadores da sua existência: o paradigma da conservação cultural, da difusão cultural e da apropriação cultural.

Sob esses três paradigmas a biblioteca foi sendo tecida como um ambiente informacional, responsável socialmente não apenas pela preservação do patrimônio cultural da humanidade, mas também como um espaço agenciador da disseminação da diversidade e expressão cultural, e dos processos de apropriação da informação, geradores da criatividade, da inovação e da geração de sentidos. (GOMES, 2014, p. 152)

Mesmo em plena era digital, as bibliotecas prosseguem desempenhando sua função - enquanto espaço de disseminação da informação - de apoio ao exercício da democracia, da cidadania e suas vertentes de inclusão social e informacional, sendo um espaço aberto à toda a sociedade.

A biblioteca deve ser compreendida como um espaço público que visa a democratização da informação como plataforma de promoção do bem-estar social, educacional, cultural e científico. É um local de trocas permanentes e aprendizados constantes.

O espaço das bibliotecas deve sempre prosseguir sendo utilizado em prol do desenvolvimento de projetos sociais e culturais, contando com ações de valorização do ser humano. (BARRAL JUNIOR, p. 22)

As bibliotecas são tradicionalmente consideradas como espaços de memória e de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, mas de maneira geral são pouco integradas à ação pedagógica das escolas, das universidades e das comunidades. Embora as bibliotecas universitárias contenham mais recursos do que as bibliotecas escolares e públicas, ainda assim sofrem pela escassez

de recursos materiais e infraestrutura adequada. O mais grave, porém, é que muitas vezes são subutilizadas pela população. (GASQUE, 2012, p. 153)

Cada projeto desenvolvido no ambiente de uma biblioteca, para atender uma comunidade carente, excluída ou minoritária, é necessário para cultivar e fortalecer na população o espírito de respeito, colaboração, inclusão e cidadania.

Deve-se sempre lutar para que as bibliotecas públicas e comunitárias continuem exercendo seu papel fundamental como “espaço ideal de leitura, educação, organização social, cidadania, desenvolvimento sustentável, transferência da informação, linguística, dialogismo, etc.” (PRADO, 2010, p. 145)

Ainda de acordo com Prado (2010) a utilização das bibliotecas como espaço de valorização do ser humano, criará uma população mais esclarecida, mais questionadora e autônoma, menos indiferente à vida nacional.

A bibliotecas devem ser valorizadas como espaços protagonistas nas discussões que permeiam a sociedade em geral, em especial à luz da perspectiva do Campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

3.1 Responsabilidade social das bibliotecas

Publicado em 1994, o Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, trata de um documento em defesa à biblioteca pública, voltado principalmente para incentivar o comprometimento das autoridades em seu desenvolvimento e manutenção. Nesse documento, destaca-se as missões das bibliotecas públicas:

- 1 Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
- 2 Apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis;
- 3 Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
- 4 Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens;
- 5 Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
- 6 Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo;
- 7 Fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural;
- 8 Apoiar a tradição oral;

- 9 Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
- 10 Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
- 11 Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
- 12 Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários. (IFLA, 1994, p. 3).

São consideradas ferramentas culturais e informacionais indispensáveis para o acesso à informação segura, para o ensino-aprendizagem contínuo e para o desenvolvimento cultural e social da população.

Entende-se, portanto, que uma das maiores missões das bibliotecas, especialmente das públicas, é oferecer serviços com base na disseminação da informação, gerando disseminação também da cultura e do conhecimento. O acesso à informação é um direito do cidadão, e as bibliotecas devem garantir esse direito.

As bibliotecas públicas precisam, para cumprir o que prevê o Manifesto, oferecer serviços com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção, disponibilizar serviços e materiais específicos, dispor ainda de documentos adequados às necessidades de todos. Precisa, sobretudo, compreender seu valor e missão perante a sociedade, funcionando como um espaço sociocultural, que dispõe de produtos e serviços informacionais para a comunidade em geral e possuir em seu acervo uma ampla gama de assuntos em múltiplos suportes. (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p. 38)

De acordo com o Manifesto da IFLA/UNESCO (1994), a biblioteca pública fornece as condições básicas para a aprendizagem contínua, a tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural de indivíduos e grupos sociais.

Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas. (MANIFESTO DA UNESCO/IFLA, 1994)

Para tanto, a atuação das bibliotecas públicas é mediada pelas intervenções na sociedade, a fim de atuar concretamente na comunidade usuária, construindo laços

sociais que garantem o fenômeno da transformação da informação em conhecimento. (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011)

O papel das bibliotecas, tomando como base o Manifesto da IFLA/UNESCO, centraliza-se principalmente na construção do conhecimento através das leituras e projetos realizados nesse espaço, estabelecendo conexões com a educação e cultura.

A Biblioteca Pública, em seu verdadeiro sentido de atuação, livre, aberta, democrática, socializadora, que ao mesmo tempo em que cuida da preservação da memória investe na construção do conhecimento e soma esforços para que transforme e seja transformada para e pelo usuário, e que, em razão deste, possa se tornar um ambiente vivo e efervescente de cultura. (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p. 34).

A biblioteca pública deve buscar integrar-se e empreender com a comunidade no qual está inserida, por exemplo, por meio de projetos socioculturais, de modo a promover a transformação da informação em conhecimento ao seu usuário.

Conforme Pereira et al. (2021), as ações desenvolvidas com e para a comunidade, além de propiciar a apropriação informacional e cultural, precisam também fortalecer e estreitar os vínculos e laços afetivos, promovendo a sensação de pertencimento em relação aos sujeitos e à comunidade.

Tais elementos são necessários à constituição da biblioteca pública que além de garantir sua natureza democrática, também é ambiente de socialização, porque promove a conexão com seu público, livre e potente para valorizar a diversidade de seu território, aberta ao diálogo e à participação de sua comunidade. (PEREIRA et al., 2021, p. 7)

Destaca-se, nessa pesquisa, o ambiente da biblioteca como propício, estimulante e enriquecedor para a democratização do ensino-aprendizagem, à luz da compreensão do Campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

A biblioteca deve ser utilizada como uma fonte de experiência, exercício da cidadania, acesso à informação confiável, trocas de saberes, e formação para toda a vida, tornando-se um ambiente social, cooperativo e democrático, além de ambiente inclusivo.

Dudziak (2003) explica que neste cenário, a biblioteca aparece como espaço de expressão e desenvolvimento do sujeito, e o profissional bibliotecário transforma-se num agente educacional, ativamente envolvido com a comunidade. Embora muitos

bibliotecários se considerem educadores e possuam status para tal, nem sempre as escolas ou faculdades as quais estão vinculados percebem tais profissionais como engajados no processo educacional.

Como agente educacional, o bibliotecário poderá iniciar os processos culturais de transformação da educação e da comunidade educacional e social. A biblioteca enquanto instituição multicultural, pluralista e aprendente é a base desta transformação. (DUDZIAK, 2003, p. 33)

Na sociedade atual, o papel das bibliotecas assume relevância vital, se estabelecendo como um centro de informação e cultura, atuando essencialmente na diminuição das desigualdades sociais, culturais e econômicas. (RASTELI; OLIVEIRA, 2019)

O bibliotecário é o profissional responsável pelos projetos, atividades e propostas a serem desenvolvidas nesse ambiente e deve reconhecer-se, portanto, como um agente de transformação social.

O bibliotecário tem uma responsabilidade enorme, pois dependerá dele (de seus próprios valores e crenças), o resultado das ações efetuadas dentro da biblioteca. Se ele considerar a educação em um sentido amplo, não limitado somente ao ensino, mas, principalmente, voltada à formação de hábitos e atitudes do aluno, ele não se restringirá a ser um mero técnico-administrativo a serviço da escola. Ele irá lutar pela conquista da igualdade de oportunidades sociais que possibilitem a todos os estudantes o acesso ao conhecimento registrado. (CALDIN, 2006, p. 164)

Esse profissional tem papel essencial na construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária, em que os indivíduos possam ser os protagonistas de suas ações a partir da leitura crítica do mundo e da palavra. É, portanto, essencial que ele compreenda a sua responsabilidade social e política, assumindo a figura de um mediador. (SILVA; TANUS, 2019).

São diversos os produtos e serviços ofertados em bibliotecas que podem ser considerados de suma importância para o Campo CTS e vice-versa, que justamente envolve a compreensão da sociedade em meio à ciência e tecnologia, especialmente na sociedade contemporânea.

Dentre esses serviços, Pereira *et. al.* (2021) ressaltam: visitas guiadas, espaço reservado para divulgação de serviços sociais da cidade/bairro, eventos culturais, espaço para exposição de artistas, palestras, concursos literários e de desenho,

saraus, e evidentemente o empréstimo de materiais. Destaca-se também a contação de história, uma das atividades essenciais para o fomento à leitura, promovendo a oralidade e valorizando a memória afetiva e cultural, por meio de lendas urbanas, folclore, contos de fada, entre outras histórias.

Também aponta-se como responsabilidade da biblioteca pública a oferta de cursos e oficinas para a comunidade em geral, nos mais diversos segmentos, como: escrita criativa, poesia, oficina de literatura - em especial obras indicadas para o vestibular, elaboração de currículos para trabalhadores, confecção de produtos de interesse geral, como marcadores de livros, agendas artesanais, origamis, elaboração de currículos, etc. (PEREIRA et al., 2021)

No ambiente das bibliotecas, é necessário oferecer acesso à internet, tomando como base principal o Manifesto da IFLA/UNESCO (1994), que explicita que as coleções e serviços das bibliotecas devem incluir todos os suportes e tecnologias apropriados. A biblioteca deve garantir seu papel na garantia dos direitos ao acesso à informação e à rede, promovendo a inclusão digital, buscando compensar o alto índice de desigualdade em relação ao acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

No contexto digital, com a disponibilização de computadores para acesso à internet nas bibliotecas públicas, vê-se uma importante fonte de acesso aos serviços de informação à comunidade. Podem ser reunidos, nas máquinas disponíveis, serviços que auxiliem o usuário no desenvolvimento de atividades como busca de empregos, preenchimento de currículos, acesso aos serviços do município e Estado, como a emissão de taxas como IPTU, IPVA, seguros, preenchimento de formulários para emissão de documentos, participação em serviços ao cidadão, como orçamento participativo, votações e petições online, abaixo assinados eletrônicos, entre outros. (SOUZA; DUMONT, 2018, p. 53)

A disponibilização do serviço de Internet ao usuário requer auxílio e capacitação para aqueles que necessitam desenvolver habilidades digitais e alcançar seus objetivos de busca por informação no ambiente web. Assim, a utilização desse serviço irá contribuir para o desenvolvimento da cidadania, promovendo principalmente a competência informacional em ambientes digitais, e também a literacia informacional, tópico já discutido anteriormente nessa pesquisa.

Ademais, as bibliotecas podem tornar-se espaço de leitura, criação, socialização, representação e discussão, ou problematização, do cotidiano e dos fenômenos sociais, ampliando o espectro de suas funções e atividades tradicionais, com medidas socioeducativas.

A biblioteca e o profissional bibliotecário devem estar engajados, de modo que através da leitura e dos projetos realizados na biblioteca, os cidadãos tenham compreensão do mundo, de sua realidade e que possam ser incentivados a modificá-la e lutar por seus direitos.

É essencial que a biblioteca assuma seu imenso papel nos debates, nas demandas e na luta da sociedade como um todo, em prol da igualdade, da inclusão, da democracia, do acesso à informação, tecnologia e cultura para todos, nas iniciativas de ações afirmativas e, claro, exerça seu papel como ambiente transformador. Tal necessidade corrobora com as preocupações do Campo CTS.

A biblioteca pública deve ser ambiente propício para acolher a diversidade e promover o combate à discriminação e à desigualdade, contemplando assim os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU.

A Agenda 2030 trata da adoção de metas globais, definidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), para promover o Estado de Direito, garantir os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e promover vida digna à todos.

Figura 1 – Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030



Fonte: site da ONU <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>.

É crucial que as unidades de informação - principalmente as bibliotecas públicas - iniciem a adesão e adequação às metas da Agenda 2030 o mais rapidamente, a fim de contribuírem com a concretização dos ODS. A adoção das bibliotecas públicas à Agenda 2030 trará transformações sociais significativas na comunidade a qual se inserem.

É necessário articular as políticas públicas a fim de impulsionar o papel da biblioteca pública nas atividades que visam contribuir para os objetivos de desenvolvimento sustentável e, principalmente, fazer com que os usuários das bibliotecas conheçam os ODS e sua urgência para a sociedade atual.

Portanto, à medida que a biblioteca pública se vincular adequadamente com a comunidade, ela passará a ser o caminho que possibilitará a participação efetiva na sociedade da informação. Isso é de extraordinária importância em um país onde a desinformação atinge altas proporções, e, sem essa oportunidade, milhares de pessoas jamais terão oportunidade de entender e de ter noção dos seus direitos e deveres em uma sociedade globalizada, pois o acesso à informação, nos novos tempos, significa o investimento adequado para diminuir as desigualdades sociais e as formas de dominação que foram dominantes na história contemporânea. (SUAIDEN, 2000, p. 60)

A bibliotecas devem ser valorizadas como espaços protagonistas nas discussões que permeiam a sociedade em geral, em especial no viés da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

Repensar a biblioteca pública e seu papel na sociedade atual, a chamada Sociedade da Informação, ainda é um projeto em andamento e sofre diversas lacunas. Justifica-se então o objetivo dessa pesquisa, envolver o ambiente das bibliotecas nas discussões Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Como aponta Suaiden (2000), no processo de globalização, de novos paradigmas tecnológicos, informacionais e sociais, caberá também às bibliotecas trabalhar no sentido de corrigir as deficiências do passado, como criar uma interação adequada com a comunidade, implementar medidas socioeducativas e desenvolver produtos/serviços que de fato facilitem o acesso à Sociedade da Informação e à conscientização.

3.2 Explosão informacional e literacia em informação: “problema” das bibliotecas?

Na Sociedade da Informação adota-se o conhecimento como matéria-prima impulsionadora do sistema produtivo e de poder. Marcada pela abundância informacional, essa sociedade exigirá que as pessoas desenvolvam habilidades específicas, como a literacia informacional e a competência em informação.

As Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) tornaram possível o acesso rápido à informação, independentemente de barreiras geográficas ou cronológicas, tornando-se um ponto crucial para a construção do conhecimento. (SANTINI; ESTABEL, 2019).

Em meio às transformações ocorridas no cenário social, a informação se configura como um recurso de potencialização, tendo o homem, quando lhe é dado o direito ao acesso a esta, a oportunidade de utilizá-la e aplicá-la em prol do seu desenvolvimento social e intelectual. A construção do conhecimento por sua vez, não ocorre apenas com o acesso às informações, mas também por meio do compartilhamento de experiências e da interação estabelecida com ações individuais e coletivas no convívio social. (COSTA; FARIAS, 2019, p. 362)

Conforme Suaiden (2000), a Sociedade da Informação traz no seu bojo as questões da globalização, das novas tecnologias e do modelo de desenvolvimento sustentável.

A Internet sofreu grandes modificações desde seu desenvolvimento há mais de 50 anos atrás, tornando-se mais democrática e sendo adotada cada vez mais pela população mundial. A quantidade de informações publicadas e disponíveis vêm crescendo exponencialmente em níveis colossais. Sendo assim, a informação passou a ser presente em todas as camadas da sociedade.

Conforme Silva e Cardoso (2020) a informação é a matéria-prima da maioria dos profissionais do século XXI, portanto, faz-se cada vez mais necessária a preparação para os desafios que emergem da atual sociedade, demandando cidadãos competentes em lidar com a grande quantidade de informação veiculada no universo digital da Sociedade da Informação.

A informação passa a ser tão importante e efetivamente contribuir para o desenvolvimento da sociedade, que a importância de se manter conectado e

informado tornou-se indicador incontestável de atualidade e sintonia com o mundo. (DUDZIAK, 2003)

Apesar da cada vez mais crescente conexão digital, ainda existe uma grande parcela da população mundial sem condições de acesso à Internet e aos produtos do desenvolvimento tecnológico, comunicacional e informacional. A privação ou dificuldade ao acesso às TICs é identificada como exclusão digital.

A exclusão digital possui forte correlação com as outras formas de desigualdade social, e, em geral, as taxas mais altas de exclusão digital encontram-se nos setores de menor renda. A desigualdade social no campo das comunicações, na sociedade moderna de consumo de massas, não se expressa somente no acesso ao bem material – rádio, telefone, televisão, Internet –, mas também na capacidade do usuário de retirar, a partir de sua capacitação intelectual e profissional, o máximo proveito das potencialidades oferecidas por cada instrumento de comunicação e informação (SORJ, 2003, p. 59).

Conforme Sorj (2003), a bibliografia sobre exclusão digital em geral concorda que os dois principais fatores determinantes do acesso à Internet e às TICs são a renda pessoal e o nível educacional. Por conta da distribuição desigual de renda e educação, esse impacto é ainda maior em grupos étnico-raciais discriminados. A exclusão digital também está associada ao nível de urbanização e de grandes concentrações urbanas, agravando-se expressivamente nas regiões rurais. Em geral, quanto maior for a concentração urbana, maior será a taxa de usuários da rede.

As chances de alguém ser alfabetizado digitalmente são menores quando se considera a idade do usuário: a exclusão digital tem forte componente etário, que apresenta maior gravidade à medida que se passa para as faixas de menor renda. As dificuldades de aprendizagem associadas à idade, assim como a concentração de maiores níveis de analfabetismo nas faixas etárias mais idosas da população, concorrem para o alto índice de exclusão digital entre os adultos de baixa renda nos países em desenvolvimento. (SORJ, 2003, p. 65)

Estar conectado à rede pode levar a duas visões otimistas: a primeira, que os usuários pertencentes ao ambiente digital estão familiarizados com os recursos e ferramentas disponíveis, e a segunda, que eles dominam o uso das informações produzidas nesses ambientes. Entretanto, o que se percebe na prática é uma

realidade diferente, onde nem sempre o usuário das mídias digitais sabe utilizar a informação produzida nesse meio. (SILVA; CARDOSO, 2020, p. 3)

Dessa forma, é essencial preparar os usuários para lidar com o poder da informação, seus recursos e possibilidades, atuando na formação de cidadãos críticos na utilização e relação com essas ferramentas, levantando a importância do letramento informacional. Especificamente no contexto das mídias sociais e das TICs, também aborda-se o termo literacia digital ou literacia informacional.

O letramento informacional auxilia o desenvolvimento de habilidades e de competências que qualificam os métodos de busca e a seleção de informações, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de aprendizagens significativas e a criação de novos conhecimentos. (SANTINI; ESTABEL, 2019, p. 2)

A partir da análise da evolução do conceito e seguindo a concepção de *information literacy* voltada ao aprendizado ao longo da vida, pode-se defini-la como o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida. (DUDZIAK, 2003, p. 28)

Diversos estudos e pesquisas vêm sendo realizados acerca da *information literacy*, desde sua definição e diferentes concepções, características, tipologias, necessidade na sociedade, etc.

A chamada “fluência” nas mídias e na tecnologia é apenas um dos componentes da literacia informacional, uma vez que esta envolve habilidades de identificar, localizar, utilizar e avaliar a tecnologia, utilizar a informação acessada, o processamento e a recuperação da informação no cotidiano, a participação em redes sociais para a criação e compartilhamento de conhecimento, entre diversas outras habilidades.

A literacia informacional trata da mobilização de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com o universo informacional, englobando a capacidade de leitura e escrita, busca e uso da informação, organização e manuseio de dados visando a produção de novas informações e conhecimentos, sua disseminação e preservação para seu reuso futuro (SILVA; CARDOSO, 2020, p. 4)

A literacia informacional também envolve a preocupação de utilizar a informação de forma ética no contexto social e virtual que vivemos, respeitando os

usuários da informação, individual ou coletivamente. Devemos utilizar a informação de forma eficaz e eficiente, além de promover o exercício da cidadania ativa e compartilhada no novo paradigma informacional e comunicacional. (MARTINS; MARTINS; ALVES, 2021).

Como afirma Dudziak (2003), a literacia informacional tem como objetivo formar indivíduos que avaliem criticamente a informação de acordo com sua relevância, objetividade, lógica, ética, incorporando as informações aos seus valores e conhecimentos.

O domínio das competências desenvolvidas por meio da literacia informacional pode assegurar ao cidadão maior capacidade crítica, interativa e interventiva na sociedade, possibilitando ainda a geração de novos conhecimentos para efetiva adequação e autonomia em suas decisões. (SILVA; CARDOSO, 2020, p. 20)

No atual contexto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), ser competente em informação é estar apto a lidar com o excesso de conteúdo informacional e sua variedade de formatos, onde muitas vezes a informação chega ao usuário antes mesmo que ele tenha a percepção de sua necessidade.

Conforme Silva e Cardoso (2020, p. 19) a literacia informacional traz benefícios que repercutirão na aprendizagem ao longo de toda vida. Deste modo, os estudos dedicados a essa abordagem representam não somente uma demanda essencial da atual sociedade, como também exprimem uma preocupação no desenvolvimento de ações que possam inserir tais habilidades em um contexto de avanços científicos e tecnológicos sem precedentes na história.

De acordo com Santini e Estabel (2019) o processo de literacia informacional contribui para que as pessoas tenham condições de resolver problemas e tomar decisões a partir do desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e valores, possibilitando que ocorra a alfabetização científica.

Construir uma formação cidadã implica despertar no sujeito autonomia para tecer seus próprios pontos de vista de forma crítica sobre a realidade. Não se trata de viver de modo passivo, consumindo tudo o que lhe é oferecido de maneira ingênua, mas sim de ter voz e fazer-se ouvir nessa trama discursiva. (GOMES; PENNA; ARROIO, 2020, p. 4)

Nessa pesquisa, como já explicitado, considera-se as bibliotecas como um ambiente propício para tais correspondências, vislumbrando-as no contexto da literacia informacional.

Em função do termo literacia informacional ter surgido no contexto da Biblioteconomia, é compreensível a ênfase dos estudos recaírem nesta área, no entanto, o tema deve se estender às demais áreas do conhecimento, uma vez que a competência informacional remete ao usuário da informação, independentemente da área em que ele atue ou vá atuar. (SILVA; CARDOSO, 2020, p. 19)

Para que se viva numa sociedade caracterizada por tantas mudanças e contradições, os indivíduos modernos necessitam aprender a pensar de forma lógica, prática e criativa, aprender a solucionar problemas utilizando seu vasto leque para obtenção de informações e conhecimento, gerenciar tais informações e comunicar-se efetivamente.

Com o aumento do consumo de conteúdo nas mídias digitais e com a facilidade em que ela se espalha por estes meios, a disseminação de notícias falsas ganhou força nos últimos anos, em especial nas redes sociais.

Na atual conjuntura, a circulação de discursos não é de exclusividade da mídia jornalística ou dos meios oficiais de divulgação científica. Hoje, os próprios usuários das redes sociais 'curtem' as mais diversas informações e compartilham-nas com os mais diversos públicos. Essa talvez fosse uma grande oportunidade de democratização da informação, entretanto esse território virtual se manifesta repleto de disputas discursivas entre o real e a ficção. (GOMES; PENNA; ARROIO, 2020, p. 2)

De acordo com Silva e Tanus (2019), este fenômeno interfere no processo de comunicação e causa grandes transtornos na capacidade de lucidez e de discernimento entre os processos informacionais e decisórios na sociedade contemporânea.

As *fake news* são informações (ou desinformações) que circulam livremente em diferentes meios de comunicação, como se fossem verdadeiras. Geralmente, sua disseminação é feita de forma automática, por meio de robôs (*bots*), o que dificulta consideravelmente seu rastreamento (MAIA; FURNIVAL; MARTINEZ, 2019)

As *fake news* afetam nos processos decisórios e nas democracias de diversos países, e não devem ser vistas como simples questão de

calúnia ou maldade. São informações fraudulentas, criadas de modo intencional, de forma não sustentável, tendo como principal objetivo obter vantagens, principalmente, políticas e/ou econômicas. (SILVA; TANUS, 2019, p. 63)

Gomes, Penna e Arroio (2020), explicam que, nesse sentido, a percepção das informações que são ou não verdadeiras pode ser manipulada, recorrendo, por exemplo, às emoções e crenças pessoais, “cegando” ou tornando tendenciosa a percepção dos fatos - conduzindo ao universo da pós-verdade.

Sendo assim, de acordo com Silva e Tanus (2019), falar sobre informação na era da pós-verdade tornou-se indispensável no contexto atual da sociedade, em que essa informação não configura apenas o lado positivo, mas também o lado negativo, ocasionando deformações, ruídos e prejuízos sociais de toda a ordem.

Âmbitos da vida pública, como a saúde, a educação, a cultura, a segurança e a política são alvos constantes das *fake news*.

A velocidade está sendo a grande 'carta na manga' das notícias falsas, as quais se disseminam por meio de diversas mídias sociais como WhatsApp, Facebook, Twitter, entre outras de grande aderência. A notícia ganha impulso, propaga-se como um verdadeiro incêndio virtual e, dessa forma, consolida opiniões e supostos conhecimentos sobre os mais variados temas. (GOMES; PENNA; ARROIO, 2020, p. 3)

Conforme Silva e Tanus (2019, p. 62), durante as eleições norte-americanas, em 2016, o termo *fake news* tornou-se mundialmente visível, devido à campanha do atual presidente Donald Trump. Outro assunto que também ajudou a expor a força das *fake news* disseminadas na Internet foi o Brexit, o movimento de desvinculação do Reino Unido da União Europeia. Nas eleições de 2018, o povo brasileiro foi vítima da criação e disseminação de *fake news* impulsionadas por robôs nas redes sociais, o que afastou o exercício limpo da democracia. As *fake news* afetaram também o contexto da saúde pública mundial durante a pandemia do vírus COVID-19: quando propagadas informações falsas sobre efeitos colaterais de vacinas, sua procedência e confiabilidade, boa parte da população foi afetada, por optar à não vacinação, simplesmente por não apurar as informações falsas.

Gomes, Penna e Arroio (2020), indicam que, dependendo da plataforma (Facebook, Twitter, Whatsapp, por exemplo) em que é veiculada a notícia, as pessoas

sentem-se mais inclinadas (ou não) a crer e compartilhá-la. Identificou-se também que o uso de jargões científicos na estrutura de uma notícia falsa contribui para a validação de um discurso semelhante ao de especialistas. Além disso, evidenciou-se que pessoas com menor renda ou menor escolaridade são mais suscetíveis à desinformação.

Torna-se, portanto, cada vez mais necessário o hábito de verificar as informações recebidas antes de repassá-las, orientando e conscientizando o cidadão a lidar com as notícias falsas, focando na literacia informacional. As bibliotecas e o bibliotecário devem, mais do que nunca, estarem inseridos nesse contexto, como mediadores da informação.

Em análise realizada na pesquisa de Maia, Furnival e Martinez (2019), expõe-se a necessidade do desenvolvimento de competências em informação para a conscientização e orientação da sociedade em relação à manipulação das fontes de informação, tendo em vista a explosão informacional na Internet e a proliferação das *fake news*.

O letramento informacional é necessário para a orientação e formação de cidadãos mais autônomos informacional e digitalmente, comprometidos com a realidade, menos suscetíveis a emoções e crenças pessoais.

A informação se configura como um instrumento de inclusão do homem nos sistemas que movem as relações sociais e o acesso a esta como o melhor caminho para que a inclusão social ocorra, potencializando o exercício da cidadania. Entender essa expectativa é acima de tudo compreender a importância do acesso à informação para a propagação de sujeitos conscientes e protagonistas de suas próprias vidas. Nesta perspectiva, abordamos a mediação da informação como um processo que busca suprir as necessidades informacionais dos sujeitos, entendendo que uma vez atendida de forma satisfatória essas necessidades, e munidos do conhecimento adquirido dessas informações através do processo de apropriação, os sujeitos tendem a estabelecer uma relação consciente com o meio. (COSTA; FARIAS, 2019, p. 367)

A Sociedade da Informação lança o desafio de uma introdução quase que compelida às tecnologias de informação e comunicação e ao universo tecnológico, desconsiderando as dificuldades de inserção e adequação nesta nova realidade por parte dos indivíduos, seja por exclusão social ou baixo poder aquisitivo, idade avançada, limitadores geográficos ou dificuldade de assimilação de novas tecnologias,

por exemplo. Nesse contexto, que evidencia as necessidades informacionais e as dificuldades de acesso, algumas bibliotecas públicas disponibilizam à comunidade computadores com acesso à Internet e oferecem serviços de auxílio ao usuário, contribuindo para a inclusão digital, por meio da alfabetização tecnológica e do ensino de habilidades na busca e utilização segura da informação. (SOUZA; DUMONT, 2018, p. 58)

Sabemos que a mediação da informação pode ocorrer em qualquer espaço, mas destacamos aqui o espaço das bibliotecas e unidades de informação como adequados meios interativos de disseminação. As bibliotecas, de modo geral, têm em sua essência a obrigação de manter vínculos com a comunidade e abrir espaços de diálogo. (COSTA; FARIAS, 2019, p. 363)

Notadamente, o bibliotecário é o profissional capacitado ao longo de sua formação acadêmica para contribuir no meio informacional em que atua, no contexto da luta contra a desinformação e no processo contínuo de aprendizagem informacional.

A divulgação da competência em informação que o bibliotecário possui e o quanto suas atividades podem contribuir para um acesso mais seguro da informação é fundamental, e ao mesmo tempo constitui em um novo desafio para este profissional. Além disso, o mesmo precisa chamar para si a responsabilidade que o cenário exige a fim de que seu papel social continue sendo relevante, o que demanda um aprendizado contínuo para acompanhar os fenômenos sociais e informacionais. (SILVA; TANUS, 2019, p. 59)

Nota-se a necessidade de não só serem discutidas a pós-verdade e a desinformação, por exemplo, mas o de incorporar tais temáticas ao cotidiano das bibliotecas, que trabalham com a informação em diferentes contextos e dimensões, contribuindo, assim, de maneira mais ativa em prol da sociedade.

Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de analisar como a biblioteca pode auxiliar na aprendizagem e no desenvolvimento da competência informacional, caracterizando-a como um ambiente de construção do conhecimento. (SANTINI; ESTABEL, 2019)

Conforme Silva e Tanus (2019), na sociedade contemporânea, os profissionais bibliotecários agregaram a seu currículo mais responsabilidades, pois a necessidade de acompanhar as mudanças tecnológicas e a crescente produção informacional

acarretou no aumento de mais habilidades para lidar com a informação e com os processos de mediação.

O papel do Bibliotecário na sociedade está se alterando devido à evolução das TICs e da popularização da Internet. As novas tecnologias e ferramentas mudaram a forma de trabalhar desse profissional, que não mais limita-se ao espaço físico de uma biblioteca, trabalhando agora com diversos suportes de registro da informação. Além disso, o usuário passa a ser o foco principal e não mais o acervo, ao mesmo tempo que a disseminação da informação passa a ganhar mais atenção.

A missão do bibliotecário, portanto, torna-se vital na era da pós-verdade. Fica ainda mais evidenciado o seu papel social enquanto profissional capaz de criar técnicas especializadas de captura, organização e preservação da informação digital; de suas funções editoriais capazes de filtrar a informação necessária para demandas específicas e, principalmente, de sua atuação enquanto mediador para o desenvolvimento de competências em informação. (CORRÊA; CUSTÓDIO, 2018, p. 211)

Ainda conforme Kuhlthau (1999) bibliotecários podem conduzir ou iniciar uma abordagem questionadora de ensino em iniciativas como: centrar a atenção no processo de aprendizagem, liderar a implementação do uso de tecnologia para aprendizagem, integrar uma abordagem questionadora ao ensino através de uma variedade de recursos informacionais, por exemplo.

O processo de mediação da informação vai além de uma interação estabelecida entre a informação, o usuário e o bibliotecário, no momento de transferência da informação. A mediação da informação busca proporcionar aos envolvidos uma interação consigo mesmo, incentivando a atribuição de significados, mediante suas próprias interpretações. Esse processo geralmente está relacionado ao serviço de referência e informação da biblioteca, setor considerado por muitos o cerne de toda a prática bibliotecária. (COSTA; FARIAS, 2019, p. 369)

Conforme Santini e Estabel (2019), o letramento informacional pode contribuir tanto no uso quanto na apropriação da informação, transformando a informação em conhecimento. Dessa forma, é necessário que os indivíduos adquiram competências para localizar, avaliar e usar informações, ser competentes para aprender por meio da informação.

Esse processo contribui para que o sujeito tenha condições de resolver problemas e tomar decisões a partir do desenvolvimento de

habilidades, conhecimentos, valores pessoais e sociais, possibilitando que ocorra a alfabetização científica. (SANTINI; ESTABEL, 2019, p. 3)

O bibliotecário deve considerar a biblioteca como voltada à formação de hábitos e atitudes. Assim, irá lutar pela conquista da igualdade de oportunidades sociais, informacionais e tecnológicas.

3.3 O combate à discriminação

Um dos princípios fundamentais da democracia e do exercício à cidadania é a igualdade de direitos e oportunidades em todos os segmentos da sociedade.

Frequentemente, tal princípio é comprometido por preconceitos de natureza relacional, social, ideológica e política, e por condutas e comportamentos discriminatórios expressivos, especialmente no Brasil.

São exemplos destas condutas: restrições ao exercício de direitos cívicos; a limitação da acessibilidade aos espaços públicos e aos transportes; a restrição a serviços essenciais, produtos e à informação; o impedimento da participação na vida coletiva e democrática, discriminação à pessoas com deficiência, discriminação à idade, escolaridade, percepção de gênero e orientação sexual, ou na segregação de imigrantes e minorias étnico-raciais, em particular nas dificuldades de afirmação e de atendimento às reivindicações específicas destes grupos.

No contexto brasileiro, marcado pelo autoritarismo e pela exclusão, em seus mais de 500 anos de história, a construção e manutenção da democracia e a defesa dos direitos humanos tratam de uma luta árdua, desafiadora e constante.

A compreensão do direito à igualdade não pode se limitar ao tradicional (todos são iguais perante a lei) e material (tratamento igual aos que são iguais). Deve-se esclarecer que o conteúdo jurídico e político da igualdade exige a superação de situações de subordinação, confronto com a "cidadania de segunda classe". Essa é uma necessidade ainda mais premente em sociedades como a brasileira, onde o empreendimento colonial usou a subjugação indígena, a escravidão e a supremacia de gênero como pilares de sua operação. (RIOS; SILVA, 2017, p. 44)

Conforme Moehlecke (2002), a redemocratização no Brasil é ainda um processo recente e marcado por diversas lacunas não resolvidas. Uma dessas lacunas é o fato de condições inerentes aos indivíduos - por exemplo, cor e sexo -

ainda permanecerem influenciando na definição de oportunidades, como no mercado de trabalho, acesso e desempenho educacional, participação na vida social e política, tomada de decisões, direitos de saneamento básico e moradia, etc.

A discriminação dá-se sobretudo pelo silêncio, pela invisibilidade, pelo desconhecimento e desinformação, e pelo rebaixamento das diferentes estruturas socioculturais e políticas, formais e informais. (PELUSO, 2012)

Santos (2001) denuncia que, de todas as grandes questões nacionais, nenhuma outra é tão dissimulada quanto a racial em nosso país. O autor explica que o preconceito racial e o racismo não se confundem com a discriminação, porque esta só acontece na medida em que há sua manifestação. O preconceito e o racismo são atitudes, modos de “ver” pessoas ou grupos raciais. Quando ocorre uma ação, uma manifestação, um comportamento ou atitude externalizada no intuito de prejudicar, é que se configura a discriminação.

O racismo parte da suposição irracional e absurda de que um determinado grupo racial é superior que o outro.

No passado, algumas teorias, supostamente científicas, tentaram elaborar uma hierarquia racial onde alguns grupos predominavam sobre outros. Nada disso conta com o apoio da ciência autêntica, que jamais autorizou esse entendimento. O racismo é uma construção dos homens. É, portanto, ideologia. (SANTOS, 2001, p. 6)

O Brasil encontra-se entre as maiores economias do mundo e foi considerado, ao longo de várias décadas, o país da “democracia racial”. Entretanto, a realidade brasileira é outra. As distinções e desigualdades raciais são contundentes, facilmente visíveis e de graves consequências para a população afro-brasileira e para o país como um todo. (HERINGER, 2002, p. 58)

Ainda conforme Heringer (2002, p. 58), “as desigualdades são graves e, ao afetarem a capacidade de inserção dos negros na sociedade brasileira, comprometem o projeto de construção de um país democrático e com oportunidades iguais para todos”.

No Brasil ainda se perpetuam profundas desigualdades, considerando que a maioria da população que se declarou preta ou parda em censos oficiais vive em condições de extrema pobreza, enfrentando o desemprego, a evasão escolar, entre outros inúmeros problemas de cunho social, cultural, educacional. Além disso, a

população negra é a principal vítima da violência, além de comprovadamente terem expectativa de vida inferior à de pessoas que se declaram brancas.

Conforme Santos (2001), considerando o fato de que a escravidão no Brasil durou três séculos e meio e nosso país conta com cinco séculos de descobrimento, pode-se calcular que para cada 4 anos de trabalho, apenas 1 ano ocorreu sob o signo do trabalho livre. Esse fato, como já explorado, marcou profundamente o modo como são as relações humanas e a sociedade no Brasil. É imprescindível que se considere esse fato para compreender o que ocorre na educação e no mercado de trabalho hoje em dia.

Observa-se que cargos de trabalho mais modestos, com menores salários ou menor nível de educação, são ocupados em maioria por trabalhadores pretos ou pardos. Basta analisar a quantidade de pessoas negras com acesso a cargos de liderança ou prestigiados na sociedade.

Conforme Jaccoud e Beghim (2002) a exclusão socioeconômica em que população negra está submetida resulta em consequências perversas. A permanência das desigualdades raciais naturaliza a participação diferenciada de brancos e negros na sociedade, reforçando a estigmatização sofrida pela população negra, impedindo-a de usufruir a cidadania e o direito pleno de igualdade de oportunidades. Essa exclusão compromete a evolução democrática e a construção de uma sociedade coesa e igualitária, fortalecendo as características hierárquicas e autoritárias da sociedade brasileira.

As análises estatísticas atuais e os estudos sobre relações educacionais do negro brasileiro demonstram, a cada dia, o quanto o escravismo histórico e discriminatório influenciou na sua atual condição educacional de desigualdade, impondo-lhe que fique à mercê de políticas públicas. (NUNES, 2014, p. 2)

De acordo com Jaccoud e Beghim (2002), para combater as desigualdades raciais, devem ser implementadas políticas públicas de diferentes escopos, que visem ao enfrentamento de diversos fenômenos. Tanto as políticas universais de combate à fome e à miséria, quanto às políticas públicas nos campos da educação, saúde, emprego, habitação e assistência social beneficiarão, necessariamente, a população negra e parda no Brasil.

Tendo em vista os altos índices de desigualdade e discriminação racial no Brasil, as políticas universais não são suficientes para garantir a igualdade de oportunidades para negros e brancos. É necessário a atuação mais expressiva de todos os setores da sociedade na luta contra tais absurdos, destacando-se nessa pesquisa a atuação do ambiente das bibliotecas públicas.

De fato, nota-se que a discriminação está tragicamente enraizada na sociedade brasileira e exige esforços de todos os segmentos na luta em defesa dos direitos humanos.

Dados sobre discriminação e desigualdades nessas diferentes áreas têm sido sistematicamente divulgados nos últimos anos, nacional e internacionalmente, e a questão não é mais novidade. Contudo, no campo prático, são várias as controvérsias acerca de quais seriam as melhores soluções, já que essa situação tem-se mostrado inalterada por décadas. (MOEHLECKE, 2002, p. 198)

A discriminação, a exclusão e a diversidade cultural nem sempre podem ser explicadas somente pela dimensão das classes sociais, elas também são fruto do acesso diferenciado à informação, às instituições que asseguram a distribuição dos recursos materiais, culturais e políticos, o que promove a utilização distinta do universo simbólico. Dessa maneira, tais fenômenos possuem uma conotação político-ideológica. (PELUSO, 2012)

Conforme explica Sorj (2003), os estudos sobre a desigualdade social tomam como principal indicador a renda dos indivíduos ou famílias. A renda constitui um critério importante, mas trata-se de uma das dimensões da desigualdade social. Igualmente importante - e até certo ponto mais decisiva - é a distribuição desigual de bens e serviços públicos.

Os fenômenos específicos que alimentam a desigualdade e a discriminação racial e o racismo e o preconceito racial devem ser enfrentados e combatidos por políticas específicas.

Eles demandam a adoção de políticas persuasivas ou valorizativas, ou seja, políticas públicas que visem a ações que têm como objetivo afirmar os princípios da igualdade e da cidadania, reconhecer e valorizar a pluralidade étnica que marca a sociedade brasileira e valorizar a comunidade afro-brasileira, destacando tanto o seu papel histórico como a sua contribuição contemporânea à construção nacional. Incluem-se aqui, entre outras, políticas no campo da

educação, da comunicação, da cultura e da justiça. (JACCOUD; BEGHIM, 2002, p. 43)

À par das normas e precedentes diretamente relacionados ao direito brasileiro, há respaldo constitucional para a proibição e criminalização da discriminação múltipla e discriminação interseccional. (RIOS; SILVA, 2017)

A seguir, aborda-se mais sobre as ações e iniciativas em combate aos diversos casos de desigualdade no Brasil.

3.4 Ações afirmativas e iniciativas conscientizadoras em combate à desigualdade

Em busca de tentar corrigir ou amenizar desigualdades, proporcionar igualdade nas oportunidades e combater o preconceito e a discriminação, surgem alternativas como as ações afirmativas.

O termo ação afirmativa chega ao Brasil carregado de uma diversidade de sentidos, o que em grande parte reflete os debates e experiências históricas dos países em que foram desenvolvidas. (MOEHLECKE, 2002, p. 198)

De acordo com Moehlecke (2002) o termo tem origem nos Estados Unidos, local que ainda hoje constitui-se como importante referência no assunto. Surgiu no contexto das reivindicações americanas pelos direitos e pela igualdade civil, onde surgia o movimento negro em meados dos anos 60. A ideia era que o Estado, além de garantir leis antissegregacionistas, também assumisse postura ativa para a melhoria das condições da população negra.

No Brasil, as ações afirmativas entram no debate político durante os anos 90.

As ações afirmativas assumem diversas formas, como: voluntárias ou obrigatórias, programas públicos, privados ou organizações sociais, legislação específica, agências de fomento e regulação, inserção de iniciativas nos currículos escolares, etc.

O público-alvo varia de acordo com as lacunas ou discriminações a serem amenizados e resolvidos, abrangendo grupos como: minorias étnico-raciais, mulheres e população LGBTQ+, por exemplo.

As ações afirmativas buscam restituir a igualdade de oportunidades, promovendo um tratamento preferencial àqueles historicamente discriminados, marginalizados ou excluídos. (JACCOUD; BEGHIM, 2002)

No Brasil, as ações afirmativas tomam como base o princípio da equidade, previsto na Constituição Federal. Tal princípio corresponde à uma “justiça natural”, proporcionando chances a todos os não contaram igualdade de oportunidades, devido à discriminação. Portanto, não devem ser consideradas como um benefício, são necessárias num contexto histórico de injustiças e direitos não assegurados.

Elas são caracterizadas pelo fato de serem temporárias e focalizadas, ou seja, visam tratar de forma diferenciada e privilegiada por um espaço de tempo restrito os grupos historicamente discriminados. Seu objetivo é buscar garantir a igualdade de oportunidades adotando um tratamento preferencial para permitir que tais grupos alcancem um nível de competitividade similar aos demais grupos sociais. (JACCOUD; BEGHIM, 2002, p. 47)

Uma das ações afirmativas mais conhecidas no Brasil é o sistema de cotas, que consiste em estabelecer um determinado número ou percentual a ser ocupado por grupos definidos, como a população negra ou parda e que tenha estudado em escolas do setor público, em universidades e instituições de ensino superior.

É necessário que as ações afirmativas e iniciativas de combate a todo tipo de preconceito, exclusão ou discriminação sejam enraizadas na sociedade, e por isso, defende-se nessa pesquisa que um ambientes onde essa luta mais deva ser árdua e constante é o da biblioteca pública.

Somente a conscientização e a educação é capaz de proporcionar condições de questionar e desconstruir os mitos de superioridade ou inferioridade entre grupos sociais, por exemplo o racismo, advindo da cultura eurocêntrica.

Ainda conforme Peluso (2012) a educação das relações étnico-raciais, entre outras, impõe aprendizagens, conhecimento e trocas de experiências, quebra de desconfianças, gerando um projeto conjunto de uma sociedade justa, igualitária e equânime.

O racismo é uma questão gravíssima, inadmissível, enraizada em nossa sociedade. Nunes (2014) explica que foi somente após um amplo movimento pela redemocratização do Brasil, no início dos anos 1980 - que resultou na promulgação

da atual Constituição Federal - que surgiram os princípios educacionais, afirmando como base a dignidade da pessoa humana, sem qualquer forma de discriminação ou preconceito.

Conforme Santos (2001) a educação básica – pública ou privada – ainda não inclui adequadamente, em seus currículos, a história e a luta da população negra no Brasil. Por não saberem particularizar os aspectos que envolvem a identidade das crianças negras, as escolas acabam por até mesmo colaborar na construção de um ideal de ego branco.

Mesmo com a grande influência que o processo histórico excludente teve na educação da população negra, atualmente pode-se destacar avanços significativos, principalmente em relação ao acesso à educação formal.

Referente à legislação brasileira, como forma de enfrentar um problema tão complexo, destaca-se a criação da Lei nº 10.639/2003, sancionada em 9 de janeiro de 2003 e da Lei nº 11.645/2008, sancionada em 10 de março de 2008.

Tais leis tornaram obrigatório, nas instituições de ensino fundamental e médio - públicas ou privadas - o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileiras, contemplando também o estudo da História da África e dos Africanos, a luta do povo negro no Brasil, a cultura negra brasileira e a população negra na formação da sociedade nacional, resgatando e enaltecendo a participação dos negros nos segmentos sociais, políticos e econômicos no Brasil.

Portanto, esse aparato legal possibilita o desenvolvimento de projetos pedagógicos interdisciplinares mais articulados e condizentes com a realidade brasileira, em especial para aplicação em outros ambientes além da sala de aula, como as bibliotecas.

Desse modo, muitas ações afirmativas como essas começam a serem implementadas, em resposta às demandas da sociedade em relação à população negra no Brasil, e também da comunidade internacional, agora consciente da desigualdade racial existente no país.

O surgimento das ações afirmativas de inclusão racial destaca a importante participação dos movimentos sociais, principalmente o movimento negro na introdução de definitivas estratégias políticas de combate à própria desigualdade e ao racismo, geralmente negado e

ocultado nos mecanismos e práticas desenvolvidas no interior da própria escola. (NUNES, 2014, p. 13)

Apesar de muitos materiais didáticos acerca dessa temática terem sido produzidos e constantemente revisados, ainda não há uma coerência entre a teoria e a prática no que diz respeito ao ensino sobre a África e os povos africanos no Brasil.

Conforme Peluso (2012), o setor educacional precisa organizar-se para divulgar e contemplar a importância da diversidade racial na sociedade. Os educadores devem discutir os problemas sociais e as diferentes proporções em que atingem os grupos raciais, expondo prejuízos e desvantagens acarretados por se pertencer a determinado grupo vulnerável.

Videira (2007) mostra que as pesquisas acadêmicas apontam os profissionais da educação como agentes reprodutores do racismo, preconceito e discriminação étnica. Muitas vezes, o limitado conhecimento que os profissionais da educação têm sobre o racismo e suas “formas” pode levá-los a distorcer e/ou minimizar os problemas, em diversas situações. A autora também indica que tal discriminação pode partir principalmente de crianças não-negras para com as crianças negras, tanto nas instituições públicas quanto particulares.

O entendimento desse processo no cotidiano da educação e também de toda a conscientização social deve possibilitar a inserção social e o desenvolvimento igualitário dos indivíduos, contribuindo para amenizar a visão de inferioridade ou superioridade dos grupos étnicos.

Há extrema necessidade de reformulação dos materiais didáticos, recursos educacionais e informacionais, modo de abordagem do tema e difusão social, que costumeiramente trazem conteúdo de pouca complexidade em relação aos povos africanos e afrodescendentes, muitas vezes até mesmo contribuindo para uma visão preconceituosa e corroborando com a visão eurocentrista de modelo educacional.

Não limitado somente aos professores e ao segmento escolar, é necessário que todos os pilares da sociedade participem da luta contra desigualdades e discriminação. Dessa maneira, pode-se promover ainda mais segurança do cumprimento dos direitos garantidos pela legislação brasileira e a integralização de todo o ambiente escolar.

Nessa pesquisa, evidencia-se o papel das bibliotecas públicas na luta contra desigualdades e discriminação, vislumbrando-a como ambiente protagonista de inclusão e de apoio a medidas socioeducativas e de conscientização, especialmente à luz dos estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

As bibliotecas devem ser utilizadas como uma fonte de experiência, ensino-aprendizagem, reflexão, inclusão, exercício da cidadania e da cultura, e formação para toda a vida, tornando-se um ambiente social, cooperativo e democrático, que atua diretamente na correção de erros do passado, principalmente por meio de ações afirmativas e transformação social.

Ressalta-se que o direcionamento da educação para as relações raciais e a educação antirracista deve fazer parte do cotidiano das escolas, para que todos os profissionais da educação, inclusive aqui os bibliotecários e profissionais atuantes nas bibliotecas, estejam atentos às Leis 10.639/03 e 11.645/08, e às diretrizes que estabelecem que centros de informação, como as bibliotecas, devem ser ambientes voltados para valorização das culturas não-brancas. (SILVA, 2022)

Infelizmente, as manifestações de preconceito e racismo continuam sendo um problema bastante comum na sociedade brasileira e devem ser combatidas com vigor, principalmente por meio das atividades oferecidas nas bibliotecas. Discutir tais problemas de forma constante nesse ambiente é uma forma de proporcionar aos usuários (crianças, jovens, adultos, idosos) uma consciência crítica sobre o racismo e o preconceito, e outros tipos de discriminação, capacitando-os a agir com ética e respeito diante das diferenças individuais como verdadeiros cidadãos.

Conforme Silva (2022), é preciso buscar a valorização dos povos negros e indígenas e fazer contribuições históricas para a formação cultural do Brasil sem cair em estereótipos racistas. Os acervos das bibliotecas devem ser construídos para atender às necessidades dos usuários e incorporar todas as temáticas importantes, principalmente com foco na luta antirracista e de autoria de pessoas negras, sendo essencial que durante a seleção e desenvolvimento do acervo a representação da cultura desses povos seja salvaguardada e valorizada.

É urgente que as bibliotecas sejam capazes de representar o povo brasileiro em sua ampla diversidade, e mais urgentemente os bibliotecários que atuem nesses espaços também eduquem-se sobre tais pautas, sendo essencial capacitar-se

profissionalmente para tratar das relações étnico-raciais e práticas antirracistas a serem implementadas.

3.5 Projeto Escola do Futuro: integração das bibliotecas com a comunidade

Essa pesquisa traz o projeto Escola do Futuro, desenvolvido na cidade de São Carlos/SP, como exemplo pioneiro e valioso acerca do papel transformador da biblioteca escolar/comunitária na sociedade.

Conforme relato de Moraes (2008) esse projeto trata da construção de uma rede de bibliotecas para unir a comunidade escolar e a comunidade por meio de ações de fomento à leitura e acesso à informação. Essa iniciativa propôs a inovação e renovação da biblioteca escolar para que atendesse também a comunidade externa, sem deixar de cumprir sua função principal de participar do processo ensino-aprendizagem da educação básica, a cargo da prefeitura. O grande diferencial da proposta é a integração da rede de bibliotecas escolares no sistema integrado de bibliotecas do município de São Carlos/SP, fortalecendo a biblioteca escolar por meio do compartilhamento e cooperação de recursos, acervos, serviços e, principalmente, na capacitação técnica e suporte.

A prefeitura de São Carlos/SP implementou o Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI, coordenado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para uma efetiva política de fomento à leitura e à biblioteca, garantindo ao cidadão as condições mínimas para acesso à informação e cultura. (MORAES, 2008)

É neste contexto que foi desenhada e implantada uma rede de bibliotecas escolares denominada Escola do Futuro que, pelo seu arrojo e modernidade, permitiu uma nova concepção de biblioteca escolar - é a biblioteca escolar repensada, inovada e renovada que, não por acaso, está estrategicamente localizada em bairros da periferia da cidade, atendendo, portanto, uma população bastante carente e sem acesso à informação e à leitura. (MORAES, 2008, p. 23)

De acordo com Moraes (2008), São Carlos é uma Cidade Educadora, formalizando sua adesão à Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) no ano de 2005.

Uma cidade pode ser considerada como uma cidade que educa, quando, além de suas funções tradicionais – econômica, social,

política e de prestação de serviços – ela exerce uma nova função cujo objetivo é a formação para e pela cidadania. Para uma cidade ser considerada educadora ela precisa promover e desenvolver o protagonismo de todos e de todas – crianças, jovens, adultos, idosos – na busca de um novo direito, o direito à cidade educadora. (GADOTTI, 2006, p. 2)

Numa Cidade Educadora, a escola deixa de ser voltada somente à comunidade escolar, para finalmente se tornar parte do cotidiano da cidade e atuar diretamente como espaço de formação de democracia e cidadania, na utilização de seus espaços, envolvendo salas de aula, laboratórios, bibliotecas.

As bibliotecas da cidade de São Carlos/SP, por meio do projeto Escola do Futuro, contaram com grandes investimentos tanto na infraestrutura física, como no desenvolvimento de coleções e na formação de uma equipe competente de profissionais para atuar nesses espaços.

Para criar, implantar, revitalizar e integrar as bibliotecas escolares, comunitárias e públicas do Município de São Carlos, otimizando os recursos e infra-estrutura por meio de ações de cooperação e compartilhamento, foi implantada uma nova forma de administração e gestão do sistema e das bibliotecas – a administração por projetos. Assim, as ações não são mais definidas por serviços, mas por um conjunto de projetos que formam os principais eixos de Programas e esse conjunto de Programas forma por vez o Programa Leitura e Informação para a Cidadania que compõem o PPA – Planejamento Plurianual de Atividades da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de São Carlos. (MORAES, 2008, p. 29)

De acordo com Moraes (2008), os programas do sistema de bibliotecas da cidade podem ser apresentados em eixos, a saber:

- Programa de Incentivo ao Livro e à Leitura, com campanhas de trocas e doações de livros, formação de rodas de leitura, contação de história, mediação de leitura, apresentação de peças teatrais relacionadas a livros, sempre em parceria com eventos educacionais e culturais da cidade.
- Programa de Acesso à Informação, que consiste em parcerias de acervos itinerantes temáticos, projetos de educação patrimonial, de memória e preservação, disponibilização online do catálogo das bibliotecas que compõe o sistema, serviço virtual de informações bibliográficas e cursos de fontes de informação para alunos e professores da rede municipal.

- Programa de Inclusão Digital, com projetos de cursos de informática nas escolas e também para a comunidade, disponibilização de salas de informática com acesso à Internet, espaço dedicado para acervo em braille para promover a inclusão.
- Programa de Ação Cultural, para valorizar a cultura local em eventos com parceria com a prefeitura, exposições, oficinas, especialmente em datas comemorativas.
- Programa de Gestão e Políticas, que consiste num conjunto de ações para gestão e manutenção das bibliotecas de modo eficiente e participativo.

Recuperado na literatura científica por meio da revisão bibliográfica dessa pesquisa, o estudo de Moraes (2008) indica um exemplo que pode servir como exemplo para a atuação das bibliotecas, especialmente das escolares, que é o projeto Escola do Futuro.

É essencial que iniciativas como essa prossigam sendo fomentadas no território brasileiro para que assim se valorize o espaço da biblioteca e suas inúmeras possibilidades de atuação diante dos mais diversificados públicos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA: O PAPEL TRANSFORMADOR DA BIBLIOTECA

Conforme já discutido, as bibliotecas são ambientes de transformação, atuando na educação e formação do cidadão, no fomento à cultura e desenvolvimento social, no acesso à informação e apoio à pesquisa, e também como ambiente de lazer e entretenimento.

Nessa pesquisa, ressalta-se a importância das bibliotecas públicas em relação às iniciativas de conscientização e transformação social, iniciativas de combate à desigualdade e discriminação, e sua importância como ambiente de apoio à alfabetização informacional e medidas socioeducativas, sendo um suporte para as discussões do Campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

Por serem ambientes democráticos e de livre acesso, as bibliotecas públicas devem atuar ativamente na sociedade, no combate à desigualdade, discriminação e desinformação. Devem atender qualquer indivíduo sem restrição ou divisão, e atender não somente necessidades informacionais e educacionais, mas serem um ambiente de aprendizado e conscientização para toda a vida.

Para atender um dos objetivos principais desse estudo, foi realizada uma revisão de literatura com a finalidade de identificar e explorar casos relatados na literatura científica, da atuação de bibliotecas como mediadoras na luta contra discriminação e desigualdades, atuando como ambientes de inclusão, ou trabalhos que tratavam sobre essas práticas em geral.

A metodologia empregada nessa etapa da pesquisa consta na Seção 1.

Após toda a etapa da busca bibliográfica e revisão da literatura, foram considerados 26 artigos como resultado final, que estivessem em total acordo com os objetivos da pesquisa e critérios de seleção.

Para melhor ilustração dos artigos selecionados, foi confeccionado o Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Autoria, título e ano dos artigos selecionados

Autoria	Título	Ano
Sanches, Gisele A. Ribeiro; Rio, Sinomar Ferreira do	Mediação da Informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais	2010
Russo, Mariza; Silva, Solange de Souza Alves da	Biblioteca pública em ação: o estudo de caso da Biblioteca Parque Manguinhos	2013
Gomes, Henriette Ferreira	A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social	2014
Rasteli, Alessandro; Cavalcante, Lídia Eugênia	Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas	2014
Santa Anna, Jorge; Zanetti, Eni Maria de Souza Pinto; Nascimento, Lucileide Andrade de Lima do	Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: práticas bibliotecárias em favor da inclusão social	2015
Alves, Mirian Ferreira; Suaiden, Emir José	Bibliotecas públicas e letramento informacional	2016
Carvalho, Cristina	Plano educacional para uma biblioteca infantojuvenil: projetando ações e mediações	2016
Silva, Bárbara Damiane da; Santos Neto, João Arlindo dos	Práticas de mediação cultural nas bibliotecas públicas municipais de Londrina/PR	2017
Costa, Rosiane da Silva; Farias, Maria Giovanna Guedes	Informação mediada como instrumento de transformação social	2018
Cavalcante, Katia Viana; Silva, André Luiz Avelino da; Lopes, Felipe Vlaxio	O agir comunicativo de Habermas em bibliotecas comunitárias: uma análise reflexiva sob a luz da mediação	2018
Oliveira, Antônio José Barbosa de; Cranchi, Daniela Carvalho	O papel da biblioteca universitária como espaço de afiliação estudantil e o bibliotecário como educador e agente inclusivo	2018
Cabral, Ada Miriam; Pereira, Rodrigo	Políticas públicas para a biblioteca escolar e o fortalecimento da identidade regional brasileira: as contribuições do PNBE	2018
Gehrke, Marcos	Por uma Escola Infantil com Biblioteca: dos fundamentos aos apontamentos de práticas	2018
Duarte, Thayná; Spudeit, Daniela	Práticas inovadoras nas bibliotecas escolares em Florianópolis: empreendedorismo cultural em foco	2018
Lino Pinto, Sabrine; Vermelho, Sônia Cristina Soares Dias	Resistência à barbárie a partir de uma biblioteca escolar em um contexto de vulnerabilidade social	2018
Santos, Raquel do Rosário; Ribeiro, Iveth da Costa; Sousa, Ana Claudia	A biblioteca pública como ambiente de mediação da informação para o usuário da terceira idade	2019
Araújo, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de	Biblioteca comunitária Gerando Vida: um espaço para se pensar outros mundos possíveis	2019

Autoria	Título	Ano
Silva, Andréia Sousa da; Lima, Graziela dos Santos	Construindo a visibilidade da cultura negra: ações socioeducativas para combater o racismo nos espaços informacionais	2019
Martins Filho, Lourival; Andrade, Sônia Iraína Roque	As práticas educativas da biblioteca contribuindo com a competência informacional dos alunos do PROEJA	2020
Pajeú, Hélio Márcio; Almeida, Arthur Henrique Feijó de	Mediação cultural na biblioteca escolar e o bibliotecário infoeducador	2020
Pastorio, Lia Heberlê de Almeida; Nicoletti, Elenize Rangel; Robaina, José Vicente Lima	Alfabetização científica na educação infantil: estado da arte de publicações atuais	2021
Trindade, Thais Lima; Siqueira, Thiago Giordano de Souza; Torres, Phamela Lima; Terra, Guilhermina de Melo	Biblioteca escolar da escola, escola da comunidade: uma realidade possível	2021
Pereira, Ana Paula; Fernandes, Odília Barbosa Ribeiro; Gasparini, Zoraide Aparecida; Paletta, Francisco Carlos	Biblioteca pública como dispositivo de transformação social e a Agenda 2030	2021
Soares, Laura Valladares de Oliveira; Luce, Bruno Fortes; Estabel, Lizandra Brasil	A alfabetização científica e a alfabetização midiática e informacional: ações educativas do bibliotecário em tempos de pandemia	2022
Santos, Andrea Pereira; Souza, Emilly Leticia Vieira de; Lima, Myriam Martins	A função educativa das bibliotecas escolares no combate à desinformação e às fake news: estudo de caso das bibliotecas escolares de Goiânia/GO	2022
Prado, Marcos Rodrigues do	Mediação da leitura e acolhimento na biblioteca escolar: perspectivas teóricas de uma educação pós-pandemia da Covid-19	2022

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando o grande número de bases de dados assinadas pela UFSCar no Portal de Periódicos CAPES, e mais ainda dos artigos indexados nessas bases, a quantidade de artigos (26) recuperados por essa pesquisa, que abordem o tema proposto, é consideravelmente baixa.

Isso pode ser um indicativo de que a temática das bibliotecas como agentes de transformação necessita ser mais abordada e mais disseminada cientificamente, principalmente com indexação nas bases de dados que compõem o principal portal científico do nosso país.

Analisando os dados das publicações dos trabalhos, nota-se que o primeiro artigo recuperado é do ano de 2010, indicando que esta é uma temática recente na literatura científica selecionada.

Essa constatação pode indicar um olhar mais recente dos pesquisadores para a temática das bibliotecas como ambiente de suporte para as questões de ciência, tecnologia e sociedade, principalmente no que corresponde à luta contra desigualdade, discriminação, desinformação e ambiente protagonista na conscientização dos indivíduos, envolvendo sua comunidade usuária para a transformação social e de sua realidade.

A principal ocorrência quantitativa é que a maioria dos artigos publicados corresponde ao período a partir do ano de 2018.

Um resumo sobre cada artigo é apresentado individualmente a seguir:

- No primeiro artigo recuperado e selecionado, Sanches e Rio (2010) apresentam o bibliotecário como mediador no âmbito das ações sociais e culturais, tornando-se um agente promotor da democratização da informação. Observam-no também como um profissional dotado de historicidade, um ser político e social que lida, dissemina e gerencia a informação - um dos principais instrumentos de poder da atualidade. Com foco no debate no contexto das universidades públicas, o artigo discorreu sobre a prática bibliotecária nesse ambiente, buscando analisar a valorização e transformação do espaço sociocultural da comunidade que a biblioteca atende e também como se configura o consumo e produção de cultura na biblioteca por intermédio desse profissional. Num ambiente como as universidades, onde impera a reflexão e a produção, disseminação e problematização do saber, é essencial que as bibliotecas atuem como mediadoras no processo de debates e possíveis soluções de problemas socioculturais. Os autores compreenderam que o bibliotecário pode ser um agente de transformação de quadros sociais e culturais, além de realizarem um trabalho que venha a promover maior autonomia e consciência do indivíduo perante sua própria realidade e com o bem coletivo.
- Russo e Silva (2013) discorrem acerca do conceito de biblioteca pública e o trabalho do bibliotecário, e a necessidade de sua contínua revisão e contextualização nos tempos atuais, para que cumpram-se tanto as funções tradicionais das bibliotecas quanto as que surgem em função das transformações da sociedade, destacando a integração com a comunidade e sua capacidade de

transformação social. Destaca-se nessa pesquisa um exemplo prático, pela realização de um estudo de caso da Biblioteca Parque Manguinhos, uma biblioteca pública situada numa comunidade reconhecidamente carente na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Criada como molde do conceito biblioteca-parque, como um centro cultural, a biblioteca está localizada numa extensa área composta por um complexo de espaços comunitários para atender a população nos ramos de educação, saúde, cultura e bem-estar. São diversos os serviços oferecidos pela biblioteca além da consulta e empréstimo de livros, destacando a disponibilização de máquinas para acesso à internet, salão de estudos; área de oficinas e cursos; acervo acessível, cineteatro, ludoteca, além das aulas integradas de musicalização e exposições frequentes, ressaltando a importância da cultura. Num levantamento de entrevistas realizadas com usuários e funcionários da biblioteca, puderam ser obtidos diversos relatos em relação ao uso e expectativas sobre a mesma, onde a consideram efetivamente como um ambiente transformador, indicando a necessidade de investir ainda mais na biblioteca para que essa prossiga tendo visibilidade no processo do desenvolvimento humano e social.

- Gomes (2014) discorre sobre a biblioteca pública frente à dimensão da construção identitária, social e cultural, com o desafio de promover ações e negociações dos sujeitos com o mundo material e promover a formação de conscientes protagonistas sociais, de autonomia e cidadania, além de assegurar a apropriação e a preservação da memória cultural, como um espaço fortemente atuante na sociedade em que se insere. A mediação da informação ganha destaque nesse ambiente por enaltecer o papel responsável do profissional bibliotecário e da biblioteca enquanto espaço de construção de sentido, reflexão, aprendizado e transformação.
- Rasteli e Cavalcante (2014) abordam as bibliotecas públicas como ambiente de mediação cultural e apropriação de significados e de conhecimento, de trocas simbólicas e intervenções, defendendo que nesse ambiente deve ser assegurada a participação coletiva e ativa dos sujeitos em todo o processo. O estudo visou apresentar a revisão de literatura acerca das mediações culturais em bibliotecas públicas, com foco nas práticas de leitura. Na perspectiva do sujeito como produtor

de sentidos, o leitor assume papel atuante ao atribuir significado e sentido próprio aos textos lidos, deixando de ser somente um receptor passivo. O bibliotecário deve assumir seu papel mediador de modo a fomentar no leitor o desejo de busca e apropriação da informação, para que por meio da leitura possa refletir e transformar sua realidade. São citadas várias práticas de mediação da leitura, como contação de história, encontro com autores, oficinas de textos, saraus, jornais os blogs para divulgação da biblioteca, clube do livro, sessões de filmes na biblioteca, exposições, palestras, etc. Tais atividades podem promover o exercício da interação e colaboração, do exercício da cidadania ativa, empoderamento e reflexão crítica, autonomia, trocas de expressões e saberes, além da inclusão social com base na diversidade. Além disso, o papel do bibliotecário se configura em priorizar o aprendizado contínuo em fontes de informação seguras e com competência.

- Santa Anna, Zanetti e Nascimento (2015) discorrem sobre a atuação profissional do bibliotecário em bibliotecas prisionais, na mediação da cultura, educação e lazer para a luta e o exercício pleno à cidadania. A pesquisa denuncia a realidade do sistema prisional no Brasil expondo sua realidade precária e discute a importância das bibliotecas como ambientes de inclusão social, de luta e incentivo à educação. Os autores denunciam a ausência das mesmas, e também da atuação bibliotecária, dentro do sistema prisional, indicando que o bibliotecário é um agente de ressocialização e sua atuação deveria ser mais valorizada nesses espaços, redefinindo o papel transformador da biblioteca.
- Alves e Suaiden (2016) destacam o letramento informacional, essencial para a formação de aprendizes autônomos, capazes de acessar a informação e utilizá-la de modo crítico e ético, analisando-a no contexto das bibliotecas públicas na Sociedade da Informação. Nessa pesquisa, exalta-se o trabalho educacional das bibliotecas e sua característica proativa na formação dos cidadãos e na transformação de informações em conhecimento, valores, ações e transformações, inserindo a biblioteca nas novas necessidades informacionais contemporâneas. Numa reflexão extensa, foram apontados diversos elementos favoráveis ao desenvolvimento do letramento informacional e também dificuldades e desafios gerais, além da necessidade de maior conscientização do

profissional bibliotecário como agente mediador. Um importante destaque é o desenvolvimento de programas para utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas bibliotecas, de acordo com levantamentos em vários países realizados pela pesquisa. O objetivo principal da pesquisa foi discutir e identificar, numa revisão de literatura, exemplos de atuação de bibliotecas no letramento informacional dos sujeitos, além de apresentar abordagens alternativas para essa prática e compreensão. Os autores destacam a necessidade de discutir esse tema principalmente no Brasil, onde o tema é pouco abordado na literatura.

- O artigo de Carvalho (2016) aborda uma pesquisa realizada na Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti (BIMM), localizada na Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/RJ. A autora defende que as bibliotecas só se transformam de fato num ambiente de aprendizagem quando o público entra em contato com o seu acervo e com ela interage, e que as bibliotecas voltadas para o público infantojuvenil devem ser ambientes de livre expressão, voltados para o criar, a reflexão, a educação, a colaboração e interação. A finalidade da pesquisa foi conhecer e investigar as atividades realizadas na BIMM, auxiliar na maior divulgação dos serviços da biblioteca para seus usuários e comunidade e propor adequações e projetos futuros para a mesma. A pesquisa também propôs um estudo de usos e usuários, de reformulação de políticas e da elaboração de um plano educacional para a BIMM, assim como oportunidade de reflexão para as demais bibliotecas brasileiras desse segmento.
- A pesquisa de Silva e Santos Neto (2017) investiga a mediação cultural e práticas culturais desenvolvidas pelas 12 bibliotecas que compõem o Sistema de Bibliotecas Públicas Municipais de Londrina (SBPML), explorando como essas atividades são realizadas e de que maneira influenciam a comunidade atendida. Os autores apresentam uma vasta revisão da literatura acerca de ações e mediações culturais, para dar ênfase à sua importância e necessidade de valorização. Na investigação, propôs-se questionários aos profissionais responsáveis por cada biblioteca, com o objetivo de analisar suas práticas e autonomia de trabalho, as demandas solicitadas e o impacto em relação à

comunidade atendida pela biblioteca. Destacam-se algumas constatações desse questionário aplicado, como:

- Dos cinco profissionais questionados, apenas um não recebe nenhum tipo de treinamento específico para realizar as atividades de mediação cultural.
 - Apenas uma das cinco bibliotecas realiza tais atividades diariamente, enquanto duas realizam mensalmente e outras duas somente em datas comemorativas.
 - Foram diversos exemplos de atividades realizadas, a saber: contação de histórias, apresentações teatrais, encontros com autores, exposições diversas na biblioteca, apresentações culturais, palestras, oficinas diversas, etc.
 - Todos os profissionais questionados afirmaram que possuem liberdade para desenvolver as práticas culturais.
 - Todos os profissionais percebem os benefícios e impactos dessa prática na comunidade, como o incentivo à cidadania e ao convívio em sociedade.
- O trabalho de Costa e Farias (2018) discorre sobre a mediação da informação para conscientização, inclusão social e exercício da cidadania, considerando a informação como uma valiosa ferramenta de transformação. A pesquisa teve como objetivo explorar as estratégias de mediação da informação da Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu (BPMCA), situada na cidade de Maranguape (CE). Foram realizadas entrevistas com os profissionais da biblioteca - sendo somente uma bibliotecária - para analisar suas percepções e práticas de trabalho, e questionários aplicados aos usuários da mesma, buscando compreender suas necessidades informacionais e utilização do espaço e dos serviços. A BPMCA conta com um vasto acervo de literatura infanto-juvenil e acervo geral, além do acervo em braille, periódicos, brinquedoteca, espaço para eventos e reuniões, serviço de referência e serviço de acesso à Internet, e são diversos os projetos realizados em seu espaço, destacando: oficinas de literatura infantil, semana da literatura infantil, projeto leitura e arte; Comitê para a Democratização da informática, etc. Diante dos resultados obtidos os

questionários, sugere-se que a biblioteca busque atualizar seu acervo tendo em vista as sugestões dos usuários e que manenha o foco em planejar ainda mais ações de mediação explícita, mobilizando-se frente à sociedade, à medida que presta serviços de informação para a população local.

- O artigo de Cavalcante, Silva e Lopes (2018) nasceu de uma inquietação fomentada pelo Programa Institucional de Extensão (PIBEX) executado na Biblioteca Comunitária Vilma Palheta, em Manaus-AM. O objetivo foi analisar de que maneira a Teoria da Ação Comunicativa (HABERMAS, 1997) pode ser identificada no universo de uma biblioteca comunitária e qual a contribuição da mediação nessa realidade, por meio do profissional bibliotecário. A Teoria da Ação Comunicativa estuda a inquietação do indivíduo, que o leva a questionar o mundo que o cerca, celebrando a crítica como forma de enxergar e refletir sobre o meio em que se está inserido, propondo maior interação entre o ambiente e o sujeito, munido de capacidade dialógica e crítica a fim de resolver conflitos. Os autores destacam a necessidade da interação social na biblioteca comunitária e, além de sua função tradicional de disseminar informação, a necessidade de constante incentivo para expansão de atividades, por meio de promoção cultural, incentivo à leitura, acesso à tecnologia, difusão da ludicidade, por exemplo, também destacando a importância do agente (bibliotecário) frente à emancipação e particularidades dos usuários da biblioteca em sua diversidade étnica, religiosa, socioeconômica, etc.
- Oliveira e Cranchi (2018) discorrem sobre a utilização do espaço da biblioteca universitária e de seus serviços no processo de afiliação dos estudantes universitários. Nessa pesquisa, analisa-se o papel da biblioteca não somente como provedora de oportunidades no desenvolvimento da postura crítica e investigativa diante do fazer acadêmico e do ser pesquisador, indicando a necessidade de implementação e melhorias dos serviços voltados para necessidades informacionais e cognitivas dos usuários, em especial na competência ou literacia informacional. De acordo com os autores, a participação do bibliotecário é crucial nesse processo de ensino-aprendizagem, e sua atuação deve ser conjunta à dos docentes numa atuação interdisciplinar, indispensável na formação de futuros profissionais, pesquisadores e cidadãos conscientes, éticos,

críticos e participativos. A biblioteca universitária deve ir além de sua função de suporte acadêmico e ter uma visibilidade mais central, incorporando aspectos pedagógicos, culturais, políticos e sociais, podendo participar diretamente da formação do cidadão competente em plena Sociedade da Informação/Conhecimento.

- O estudo de Cabral e Pereira (2018) analisa a contribuição do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) na construção da identidade regional brasileira, por meio dos acervos selecionados e distribuídos para as bibliotecas escolares, explorando os conteúdos e contextos das obras. O PNBE se configura numa política pública que visa a política de formação de leitores e a formação e qualificação das bibliotecas escolares, com recursos provenientes do orçamento do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo distribuídos acervos para toda a educação infantil, ensino fundamental e médio. Conforme os autores, para algumas bibliotecas escolares o PNBE é o único meio de aquisição de materiais para compor o acervo e por isso os critérios da sua seleção são complexos, devendo contemplar todos os contextos e usuários em sua realidade e diversidade no Brasil, dessa forma o programa busca contribuir no desenvolvimento da consciência crítica e da transformação social. Por meio da amostra de obras distribuídas no ano de 2013, a pesquisa constatou que seu conteúdo proporcionava um contato maior com contextos da região sudeste, explorando com menos ocorrências a cultura de outras regiões do Brasil, mas que, apesar disso, as realidades apresentadas pelas obras são bem diversificadas. A pesquisa também destacou a necessidade da maior verificação dos recebimentos e efetiva distribuição, e a necessidade de maior atenção e fomento para as políticas públicas de distribuição de livros nas bibliotecas, considerando ser uma peça essencial na formação do cidadão.
- Gerhke (2018) analisa as bibliotecas na escolarização infantil (Escola Infantil), considerando que esse espaço contribui para a evolução e transformação social, cultural e educacional. O artigo objetiva investigar e incentivar a presença deste espaço educativo na formação de crianças leitoras, com posição de sujeitos na biblioteca. O autor fundamenta a biblioteca como espaço educativo da escola, que incorpora a dimensão da cultura e do conhecimento, onde o usuário amplia sua

ação e formação quando passa a utilizar os serviços da biblioteca enquanto espaço-tempo de conviver, brincar, explorar, expressar, conhecer, comunicar, organizar e trabalhar. São destacados alguns princípios pedagógicos a serem seguidos para a transformação da BE, a saber: ocupação da biblioteca, desenvolvendo e anunciando os projetos e serviços oferecidos; resistir, lutar e engajar as ações na biblioteca para que essa prossiga funcionando e atuando por meio de investimentos e políticas públicas; atuar na biblioteca para que os serviços oferecidos sejam diversificados, divulgados e utilizados; contratação de profissionais específicos e qualificados; pensar e repensar num acervo que atenda as necessidades ou comunidades específicas; formar leitores e escritores conscientes e ativos na sociedade.

- A pesquisa de Duarte e Spudeit (2018) discorre sobre a criatividade, inovação e práticas empreendedoras e de transformação social, contextualizando-as no ambiente das bibliotecas escolares, em plena Sociedade da Informação. Foram aplicados questionários aos profissionais bibliotecários e responsáveis por bibliotecas escolares públicas e privadas da cidade de Florianópolis (SC), com o objetivo de analisar o perfil dos profissionais e atividades desenvolvidas nas bibliotecas e percepções sobre a inovação e produtos e/ou serviços inovadores existentes em seu trabalho. As autoras defendem que o bibliotecário ou responsável deve prioritariamente conhecer o perfil de seu usuário e suas necessidades informacionais, buscando também parcerias com as escolas e instituições de ensino, desenvolvendo e/ou aperfeiçoando serviços que proporcionem uma aprendizagem significativa e contextualizada e envolvam a criatividade, o trabalho cooperativo, a produção de conhecimento e cultura, além de enaltecer o papel social e transformador da biblioteca escolar. Além dos questionários aplicados, as autoras também realizaram uma revisão da literatura acerca dessas práticas em bibliotecas de Florianópolis que já foram publicadas em artigos. Diante dos resultados obtidos pela pesquisa, foi possível apresentar ideias e/ou propostas para implementação ou adequação em bibliotecas, a saber: desenvolvimento do pensamento crítico e aprender a pesquisar e utilizar as informações confiáveis propriamente, tal como a competência informacional; empreendedorismo social e atividades "maker", oferecendo oportunidades de

criar conhecimento de forma criativa e colaborativa; disponibilização de jogos, mídias diversas, músicas e Internet na biblioteca; busca de patrocinadores, projetos e/ou parcerias para captar recursos para os projetos da biblioteca e também constante atualização do profissional responsável em relação aos serviços.

- A pesquisa de Lino Pinto e Vermelho (2018) foi desenvolvida em uma escola municipal na cidade do Rio de Janeiro (RJ), no bairro de Manguinhos. Discute a escola e a biblioteca escolar como espaços de emancipação, comunicação, autonomia e de conseqüentes transformações sociais. Os sujeitos da pesquisa foram os alunos do ensino fundamental dessa escola, sendo constatado pelo estudo que não foram poucos os alunos que relataram descaso e dificuldades em sua criação e núcleo familiar, tal como condições sociais e financeiras precárias. Os alunos dessa escola chegavam a utilizar o livro didático para venda em ferros-velho, para troca por dinheiro, justamente por não ter em sua realidade cotidiana o contato com os livros em sala de aula e por necessitarem de fonte de renda, devido ao sofrimento pela fome e miséria. A região em torno da escola é violenta, sendo relatados pelos alunos inúmeras ocorrências de conflitos armados com a polícia. A situação evidenciou a fragilidade e impotência das pesquisadoras diante dessa realidade tão revoltante e bárbara. Até mesmo nos projetos desenvolvidos em sala de aula e na biblioteca, a violência era reproduzida pelos alunos em meio a simulações de lutas em suas brincadeiras ou tratamentos agressivos. Apesar dos inúmeros percalços, a biblioteca se mostrou para muitos alunos como um espaço de socialização, acesso e articulação de conhecimentos e de prática de leitura, um local de resistência que pode promover-lhes o incentivo a criatividade, compreensão, cooperação e transgressão à limitações.
- Santos, Ribeiro e Sousa (2019) exploram a importância da biblioteca pública como ambiente de mediação da informação e conhecimento para usuários da terceira idade, mapeando as bibliotecas públicas estaduais localizadas em Salvador (BA) que tivessem espaços próprios ou atividades voltadas para esse público. Foi realizada uma análise por meio de questionários nas bibliotecas para analisar como esses ambientes estão promovendo a permanência, a inclusão social, acesso a cultura, a apropriação da informação e ampliação do conhecimento,

além de atender as necessidades cotidianas, cognitivas, profissionais e informacionais dos usuários da terceira idade, lhes garantindo seus direitos. As autoras defendem que a biblioteca deve ser um ambiente acolhedor e confortável para o idoso, que lhe proporcione plena inclusão, e defendem que a leitura é uma atividade enriquecedora para essa faixa etária, assim como para todas as outras. Concluíram que as bibliotecas analisadas investem em diversas atividades voltadas à terceira idade, como: contação de histórias, oficinas de informática, práticas de inclusão digital, práticas de relaxamento, clubes de leitura, artesanato, oficinas artísticas, etc. A pesquisa também cita como exemplos encontrados na literatura o Projeto +60, desenvolvido pela Biblioteca de São Paulo em 2012, para atender as necessidades da terceira idade e sua permanência em bibliotecas, além de uma biblioteca de Londrina (PR), localizada no Centro de Convivência do Idoso, criada em 2015.

- A pesquisa de Araújo (2019) apresenta o processo de construção da Biblioteca Comunitária da ONG Gerando Vida, nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e Eunápolis (BA). Descreve a criação de um espaço participativo, democrático e crítico da realidade local, como importante instrumento de crescimento pessoal e acadêmico, além de um caminho para a transformação de mundo, por meio de intercâmbio de saberes e integração das atividades da biblioteca com a sociedade, desenvolvendo estratégias de resistência e inclusão social para a comunidade historicamente excluída e marginalizada ao entorno da ONG. Com a experiência da Biblioteca Comunitária Gerando Vida, buscou-se contribuir na formação de sujeitos críticos e conscientes, a fim de multiplicar as ações transformadoras e garantir o acesso à informação, à leitura em diversos suportes, à cidadania e cultura, valorizando a identidade local e a inclusão digital e social.
- A pesquisa de Silva e Lima (2019) caracteriza as bibliotecas públicas como espaços de aprendizagem, cultura, informação e provedoras de transformações sociais, e objetiva analisar esse espaço no sentido da inclusão e ações socioeducativas que viabilizem a história e cultura da população negra e da cultura africana. São apresentados diversos instrumentos que podem ser utilizados pela biblioteca. Aborda como uma das diretrizes principais o Manifesto da Biblioteca Multicultural, criado pela IFLA em 2008, para orientar os profissionais que atuam

nas bibliotecas a saberem lidar e trabalhar com as diversas culturas, etnias, classes, gêneros e nacionalidades dos seus usuários, sem discriminação, sempre apoiando e sendo voz ativa na inclusão desses grupos. A pesquisa também aborda a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08, sobre a obrigatoriedade da temática africana, afro-brasileira e indígenas nas redes de ensino brasileiras, oportunizando o desenvolvimento de materiais bibliográficos e didáticos sobre aspectos históricos, socioeconômicos e culturais dessas populações. As autoras também objetivaram levantar, na literatura científica, pesquisas que abordassem a prática de ações socioeducativas aplicáveis na educação multicultural e multirracial, chegando a um resultado baixo. Dessa forma, constatam que essa temática deve ser muito mais compreendida e problematizada, muito mais difundida em especial pelos profissionais responsáveis pelas ações nos espaços informacionais, para que a biblioteca possa realizar efetivamente seu papel inclusivo e transformador, ativamente na luta contra a discriminação.

- A pesquisa de Martins Filho e Andrade (2020) reflete sobre a contribuição da biblioteca no desenvolvimento das competências informacionais dos alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Mesmo sendo um projeto bem estruturado e cada vez mais fortalecido no Brasil, o Proeja não conta com nenhuma menção às bibliotecas em seus documentos oficiais e decretos, e que existem poucos trabalhos abordando os dois temas em conjunto, conforme revelado pelos autores. Defende-se que as bibliotecas devem ter protagonismo também na educação de jovens e adultos, por ser um ambiente privilegiado de troca de experiências e socialização de saberes, exercício da cidadania, compartilhamento e inclusão, além do comprometimento com a educação em todos os níveis. A biblioteca necessita integrar-se ao Proeja, objetivando contribuir para o fortalecimento do programa, que busca reintegrar pessoas que não tiveram a oportunidade da educação básica anteriormente. Os autores também defendem a biblioteca como um ambiente primordial no desenvolvimento e aprendizado de competências informacionais e que deve encarar o desafio de adequar-se e integrar-se para atender a escola e todos os públicos.

- O artigo de Pajeú e Almeida (2020) retrata a nova perspectiva do ambiente da biblioteca escolar na sociedade atual e seu papel como mediadora cultural, tal como do profissional bibliotecário como agente infoeducador. Os autores discorrem sobre a evolução do conceito de biblioteca escolar ao decorrer das décadas no Brasil e sua visibilidade para a educação e a comunidade escolar. Um dos principais aportes e conquistas em relação à legislação acerca das bibliotecas escolares é a Lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares, tornando obrigatória a criação de bibliotecas em todas as escolas do país, apesar de seu cumprimento legal estar longe de ser efetivado na realidade brasileira. É destacado também o documento da IFLA sobre as diretrizes para as bibliotecas escolares. O profissional bibliotecário deve reconhecer-se como educador e também ser reconhecido dessa maneira pela sua instituição de trabalho, para que seja valorizado e incentivado, atuando como mediador de informação, conhecimento, cultura e agente de apoio ao exercício da democracia e no combate à desigualdades.
- Pastorio, Nicoletti e Robaina (2021) abordam o estado da arte de publicações atuais acerca da alfabetização científica na educação infantil, com o objetivo de investigar como o tema é abordado e potenciais propostas interdisciplinares para a promoção da mesma. As autoras defendem que a alfabetização científica e a formação de sujeitos compreensivos em Ciência, Tecnologia e Sociedade deve acontecer desde os primeiros anos de escolarização e que as crianças se inserem de forma concreta na sociedade como seres transformadores. A investigação denunciou pouca incidência de trabalhos relacionados a essa temática nas bases de dados investigadas e observa a necessidade de maior incentivo para que a abordagem científica faça parte dos currículos e da prática docente na educação básica, promovendo ações educativas que contribuam para a formação cidadã, tomada de decisões e compreensão das relações CTS.
- A pesquisa de Trindade et al. (2021) aborda a atuação das bibliotecas escolares, explicitando sua importante missão de trabalhar a formação de leitores e o uso das competências em informação, sendo um ambiente de apoio pedagógico e de exercício à cultura e cidadania, deixando claro a importância do diálogo não somente com a escola mas também com a comunidade externa. Os autores citam

a proposta de educação libertadora de Paulo Freire direcionando-a à biblioteca escolar, de modo que esse ambiente seja reconhecido como local de troca de informações, conhecimentos e comunicação democrática, de participação e compromisso social, apoio à cultura e ações culturais, promoção do bem-estar social, ambiente de inclusão e redução das desigualdades, desenvolvimento de competências em informação, apoio à pesquisa e à educação continuada, promoção e fomento à leitura e escrita, etc. São expostos 5 projetos como exemplos de integração das bibliotecas escolares com a comunidade externa, que resultaram em ações de cunho transformacional social, a qual destaca-se a iniciativa Bibliotecas Escolares da Escola do Futuro, na cidade de São Carlos/SP.

- A pesquisa de Pereira et al. (2021) discutiu a biblioteca pública como local de apropriação da informação e do conhecimento, evidenciando seu papel transformador social com foco nos objetivos e na filosofia da Agenda 2030, um plano global para desenvolvimento sustentável. Foi realizada uma revisão bibliográfica para analisar o papel da biblioteca pública em ações para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 e explorar como as bibliotecas têm protagonizado as transformações sociais de sua comunidade, encontrando diversos exemplos na literatura científica de ações de transformação, conscientização e inclusão. Os autores defendem maior incentivo e fomento às ações das bibliotecas no entorno de sua comunidade usuária, com integração mais profunda para agregar mais mudanças na sociedade.
- O estudo de Soares, Luce e Estabel (2022) buscou compreender a atuação do profissional bibliotecário durante o período da pandemia do COVID-19 nas instituições de ensino. Foram realizados estudos de caso com bibliotecários atuantes no Estado do Rio Grande do Sul, das mais variadas tipologias de bibliotecas (universitárias, públicas, privadas, etc). Os profissionais relataram sua atuação como agente educador na promoção da alfabetização científica, da alfabetização midiática e informacional, com destaque de atuação em prol da aprendizagem mais autônoma e competência informacional para que usuários possam utilizar as mídias para desenvolvimento e mudança social. É essencial que haja a integração entre biblioteca, sala de aula e sociedade para que todos os recursos e possibilidades sejam usufruídos. Destacam-se entre as atuações

estudadas o trabalho integrado com professores, a leitura, rodas de conversa e uso dos computadores nos espaços da biblioteca. A pesquisa evidenciou que mesmo no período da pandemia as atividades bibliotecárias seguem necessárias e ainda mais urgentes, em especial acerca da alfabetização informacional e uso consciente e responsável das mídias e informações.

- O objetivo da pesquisa de Santos, Souza e Lima (2022) foi compreender como as bibliotecas escolares localizadas na cidade de Goiânia/GO têm colaborado para o desenvolvimento do letramento informacional dos indivíduos e oferecendo caminhos ou ensinando competências para o combate às fake news e desinformação. Considerando o importante valor que as informações têm adquirido cada vez mais na Sociedade da Informação, torna-se essencial conhecer as possibilidades de ação e educação do usuário quanto ao uso consciente das tecnologias de informação e comunicação, e disseminação segura e confiável das informações. O estudo constatou que são poucas as escolas que contam com bibliotecas, e menos ainda as bibliotecas com profissionais bibliotecários. Foi feita a aplicação de questionários aos profissionais, identificando quais práticas influenciam no letramento informacional dos alunos, compreender o papel da leitura crítica e consciente no combate às informações falsas e desinformação, e ficou evidente que as ações ainda são tímidas e isoladas, necessitando, de propostas e projetos de ações mais direcionados e desenvolvidos para esse fim.

Após leitura, fichamento e análise e reflexão de cada artigo, puderam ser identificados diversos exemplos, já finalizados ou ainda em desenvolvimento, e até mesmo práticas recomendadas e orientadoras para a utilização da biblioteca como agente de combate à desigualdade, discriminação ou desinformação, onde a biblioteca seja um ambiente de conscientização cujas ações correspondam a possíveis contribuições para o Campo CTS.

A identificação de exemplos práticos cumpre parte de um dos principais objetivos dessa pesquisa, possibilitando compreender, no território brasileiro, com mais aprofundamento os serviços e produtos oferecidos e promovidos nas bibliotecas públicas e também encontrar exemplos práticos que evidenciem a importância das

mesmas para a sociedade como um todo na perspectiva dos avanços da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

Os artigos recuperados abordam exemplos de diversos tipos de bibliotecas, como as públicas, universitárias e também escolares. Para melhor visualização desses exemplos, têm-se o Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – Autoria e bibliotecas abordadas

Autoria	Biblioteca abordada
Russo e Silva (2013)	Biblioteca Parque Manguinhos - Rio de Janeiro/RJ
Carvalho (2016)	Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti (BIMM) - Rio de Janeiro/RJ
Silva e Santos Neto (2017)	Sistema de Bibliotecas Públicas Municipais de Londrina (SBPML) - Londrina/PR
Costa e Farias (2018)	Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu (BPMCA) - Maranguape/CE
Cavalcante, Silva e Lopes (2018)	Biblioteca Comunitária Vilma Palheta - Manaus/AM
Duarte e Spudeit (2018)	Bibliotecas escolares públicas e privadas da cidade de Florianópolis/SC
Lino Pinto e Vermelho (2018)	Biblioteca de escola municipal localizada no bairro de Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ
Santos, Ribeiro e Sousa (2019)	Bibliotecas públicas estaduais localizadas na cidade de Salvador/BA
Araújo (2019)	Biblioteca comunitária da ONG Gerando Vida, nas cidades do Rio de Janeiro/RJ e Eunápolis/BA
Trindade et al. (2021)	Bibliotecas escolares da Escola do Futuro - São Carlos/SP
Soares, Luce e Estabel (2022)	Bibliotecas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul
Santos, Souza e Lima (2022)	Bibliotecas escolares localizadas na cidade de Goiânia/GO

Fonte: Elaborado pela autora.

Verificam-se, na literatura selecionada, diversos tipos de estratégia de atuação das bibliotecas na sociedade e na conscientização dos indivíduos, como: disponibilização de computadores com acesso à Internet e orientações/cursos de informática e de uso de mídias sociais, atividades de contação de história, teatralização, leitura compartilhada, saraus e exposições diversas, cursos e atividades que envolvam o ensino-aprendizado de temas inclusivos, ações sociais e culturais diversas, etc.

Dentre as atividades mais expressivas realizadas no espaço das bibliotecas públicas, elenca-se as contações de história, as rodas de leitura, as oficinas para aprendizados múltiplos e a disponibilização de computadores com acesso à Internet como as que mais foram citadas nos artigos recuperados, evidenciando uma atuação forte das bibliotecas para promover transformações sociais em sua comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A bibliotecas devem ser ambientes acolhedores à diversidade e promover o combate à discriminação e à desigualdades. Devem ser valorizadas como espaços protagonistas nas discussões que permeiam a sociedade em geral, em especial no viés da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

Essa pesquisa buscou compreender a atuação das bibliotecas como um ambiente de apoio à lutas e transformação, na perspectiva teórico-metodológica do Campo CTS.

Em meio a novas formas de se obter e consumir e informação e diante de novos paradigmas sociais numa sociedade globalizada, as bibliotecas também têm a responsabilidade de tentar corrigir lacunas, como estabelecer interação suficiente com a comunidade e implementar produtos que realmente facilitem o acesso à informações seguras e confiáveis.

Além disso, na sociedade contemporânea, a chamada Sociedade da Informação, as bibliotecas necessitam agregar aos seus serviços e à sua missão temas mais tecnológicos, devido a necessidade de acompanhar as mudanças tecnológicas e a crescente produção informacional, e a maior necessidade de desenvolver habilidades em seus profissionais atuantes (bibliotecários) para lidar com a informação e com os processos de mediação.

Conforme a IFLA (2003), são objetivos das bibliotecas públicas, por exemplo: cultivar e fortalecer hábitos de leitura das crianças desde a primeira infância; apoiar a educação individual e a autoformação, bem como a educação formal a todos os níveis; garantir que todos tenham meios para se desenvolver criativamente; estimular a imaginação e a criatividade dos usuários; promover o conhecimento e valorização do patrimônio cultural, artístico e as inovações científicas; possibilitar acesso a exposição a todas as formas de expressão cultural e artística; promover o diálogo intercultural e a diversidade cultural; apoio à tradição oral; assegurar que os cidadãos tenham acesso a todos os tipos de informação, em especial da comunidade local; fornecer serviços de informação suficientes para empresas locais, associações e grupos de interesse e facilitar o desenvolvimento de habilidades de utilização das tecnologias e da informação.

As bibliotecas públicas devem fornecer serviços iguais e adequados à todos, sem discriminação. Acima de tudo, é necessário compreender sua missão perante a sociedade, atuando como um espaço sociocultural com produtos e serviços de informação para toda a comunidade. Devem, ainda, oferecer condições para o aprendizado contínuo, tomadas de decisão, inclusão, desenvolvimento social, informacional, tecnológico e cultural de indivíduos e grupos sociais.

Os serviços da biblioteca pública devem ser fornecidos igualmente a todos, independentemente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, idioma ou condição social, como já afirma o manifesto da IFLA/UNESCO (1994) sobre bibliotecas públicas. A utilização das bibliotecas como espaço de valorização do ser humano e da diversidade, além das práticas de inclusão digital, informacional, social e cultural nesses espaços, contribuirá para uma população mais esclarecida e consciente, mais questionadora e autônoma, mais inclusiva e participante ativa na sociedade.

É essencial que todas as parcelas da população tenham condições para integrar-se à chamada Sociedade da Informação e se tornarem cidadãos críticos e reflexivos, capazes de buscar, utilizar, filtrar, avaliar e questionar as informações e o conhecimento que recebem.

Nesse sentido, também considerou-se essencial analisar como as bibliotecas podem contribuir para o desenvolvimento das competências em informação, visto que são ambientes de construção e desconstrução de conhecimentos.

Por meio dos diversos exemplos na literatura científica recuperada e selecionada, é possível evidenciar o papel transformador das bibliotecas e sua forte atuação na sociedade de maneira eficaz.

A revisão de literatura proposta nessa pesquisa apontou a quantidade de vinte e seis artigos em conformidade com os objetivos da pesquisa, de acordo com protocolo estabelecido para a busca no Portal de Periódicos CAPES.

Por ser um portal que indexa mais de 49 mil bases de dados, a quantidade recuperada é considerada pequena diante de todo o conteúdo disponível nesse ambiente.

Portanto, é essencial que esse tema seja ainda mais estudado, investigado e principalmente disseminado, especialmente no contexto brasileiro, que conforme já explorado pela pesquisa, ainda sofre tanto com desigualdades de cunho social,

educacional, de gênero e étnico-racial, tal como padece de tanta disseminação de informações falsas nas redes, nos dias atuais.

Na literatura estudada, foram explorados diversos tipos de biblioteca, como as universitárias, escolares e comunitárias.

Foram identificados diversos exemplos práticos e orientadores em relação ao espaço das bibliotecas no combate à desigualdade ou desinformação. Os artigos recuperados trazem grande embasamento para essa pesquisa, considerando serem pontos-chave para justificar a importância da mesma.

Por meio dos artigos recuperados via Portal de Periódicos CAPES, foi possível cumprir o objetivo central dessa pesquisa, analisar e compreender as bibliotecas públicas brasileiras como agente mediador de transformações e como ambiente de apoio à inclusão e luta contra desigualdades, na perspectiva da compreensão do Campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

Dentre as atividades mais expressivas realizadas no espaço das bibliotecas públicas, elenca-se as contações de história, as rodas de leitura, as oficinas para aprendizados múltiplos e a disponibilização de computadores com acesso à Internet como as que mais foram citadas nos artigos recuperados, evidenciando uma atuação forte das bibliotecas para promover transformações sociais em sua comunidade.

Os produtos e serviços oferecidos, a escolha do acervo e todo o planejamento das bibliotecas devem ser construídos para atender às necessidades dos usuários e incorporar todas as temáticas essenciais de inclusão, anti-discriminação, antirracismo, desenvolvimento da literacia informacional e alfabetização científica, apoio à medidas socioeducativas e ações afirmativas, entre outros.

É necessário promover e lutar pela autonomia, liberdade e participação ativa do indivíduo nas questões que permeiam e transformam a sociedade, e acredita-se que as bibliotecas sejam um ambiente propício para tais iniciativas e pela luta contra desigualdade e discriminação.

À luz da compreensão do Campo CTS, as bibliotecas públicas devem atuar como um ambiente de pesquisa e ensino-aprendizagem que transpasse as paredes da sala de aula, como um espaço de valorização da cultura e identidade, onde a pluralidade seja o ponto principal para tantas possibilidades de ação conjunta com a

sociedade, em forma de ações afirmativas, iniciativas socioeducacionais, de aprendizado múltiplo, que possa envolver a comunidade para a formação para a vida.

Não somente as instituições de educação básica, nível médio ou ensino superior devem ser ambientes compreendidos como propícios para o ensino-aprendizagem CTS, mas também as bibliotecas públicas, que inclusive poderão abarcar uma parcela ainda mais múltipla e realmente representante de toda a diversidade social brasileira.

É essencial que o Campo CTS dê mais visibilidade ao espaço das bibliotecas públicas e suas potencialidades. A abordagem CTS deve ainda compreender a biblioteca como um ambiente protagonista capaz de possibilitar transformações em todas as camadas da sociedade, sem distinção de idade, gênero, classe social, renda, escolaridade, etc.

Contextualizar o campo CTS, caracterizado por sua interdisciplinaridade, junto ao campo da Ciência da Informação trará visões mais amplas de como as bibliotecas poderão atuar em prol de uma sociedade marcada pela diversidade e poderão se envolver cada vez mais na Sociedade da Informação.

Reforça-se que ainda há grandes lacunas e que a temática estudada pela presente pesquisa necessita obter maior visibilidade diante das áreas responsáveis, como o campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), tal como da Biblioteconomia e a Ciência da Informação, assim como da Educação, além da necessidade de uma maior integração entre essas áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO-DIÁZ, J. A.; VÁSQUEZ ALONSO, A. MANASSERO MAS, M. A. El movimiento Ciencia-Tecnología-Sociedad y la enseñanza de las ciencias. **Sala de lecturas CTS+I de la OEI**. 2002.
- ANGOTTI, J. A. P.; AUTH, M. A. Ciência e tecnologia: implicações sociais e o papel da educação. **Ciência & Educação**, v. 7, p. 15-27, 2001.
- BARRAL JUNIOR, M. Q. **O nascimento de uma biblioteca comunitária: a contribuição dos projetos de promoção à leitura para a comunidade carente**. 2017. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- BAZZO, W. A. **Ciência, Tecnologia e Sociedade: e o contexto da educação tecnológica**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.
- BAZZO, W. A. et al. **Introdução aos Estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**. Madrid: OEI, 2003. 170 p.
- BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**. 2011, v. 16, n. 4, p. 29-41. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-99362011000400004>>.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm> Acesso em 30 de junho de 2022.
- COLOMBO, L. A.; FETZ, M. Contribuições do campo ciência, tecnologia e sociedade para a disseminação do conhecimento. **SINAIS (UFES)**, v. 21, p. 46-55, 2017.
- CONTINS, M.; SANT'ANA, L. C. O Movimento negro e a questão da ação afirmativa. **Estudos Feministas**. IFCS/UFRJ-PPCIS/Uerj, v. 4, n. 1, p. 209-220, 1996.
- CORRÊA, E. C. D.; CUSTÓDIO, M. G. A informação enfurecida e a missão do bibliotecário em tempos de pós-verdade: uma releitura com base em ortega y gasset. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 2, p. 197-214, 2018.
- COSTA, R. S.; FARIAS, M. G. G. Informação mediada como instrumento de transformação social. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 12 No 2, n. 2, p. 361-384, 2019.
- DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003.

GADOTTI, M. A escola na cidade que educa. **Cadernos Cenpec**, [S.l.], v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <<https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/160>>. Acesso em: 17 dez. 2022.

GASQUE, K. C. G. D. O papel da biblioteca e dos infoeducadores no Letramento Informacional. In: GASQUE, K. C. G. D. **Letramento Informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem**. Brasília: Editora FCI/UNB, 2012.

GOMES, H. F. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, 2014, v. 19, n. especial, p. 151-163.

GOMES, S. F.; PENNA, J. C. B. O; ARROIO, A. Fake news científicas: percepção, persuasão e letramento. **Ciência & Educação**, n. 26, 2020, p. 1-13.

GONZÁLEZ GARCÍA, M; LÓPEZ CERREZO, J. A. Y LUJÁN, J. L. **Ciencia, Tecnología y sociedad: una introducción al estudio social de la ciencia y la tecnología**. Madrid: Tecnos, 1996.

GUEDES, E.; NUNES, P.; ANDRADE, T. O Uso da Lei 10.639/03 em Sala de Aula. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 2, n. 6, p. 421-430. ago. 2013.

HAYASHI, M. C. P. I.; HAYASHI, C. R. M.; FURNIVAL, A. C. M. Ciência, tecnologia e sociedade: apontamentos preliminares sobre a constituição do campo no Brasil. In: SOUZA, C. M.; HAYASHI, M. C. P. I (org.). **Ciência, tecnologia e sociedade: enfoques teóricos e aplicados**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2008. 300 p.

JACCOUD, L.; BEGHIM, N. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002. 152 p.

KUHLTHAU, C. C. O papel da biblioteca escolar no processo de aprendizagem. In: VIANNA, M. M.; CAMPELLO, B.; MOURA, V. H. V. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p.9-14.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. 257 p.

MAIA, C. M.; FURNIVAL, A. C.; MARTINEZ, V. C. A competência informacional e fake news: uma reflexão sob a perspectiva do marco civil da internet e de Ignacio Ramonet. **XIX ENANCIB**, 2018.

MEDINA, M.; SANMARTÍN, J. El programa Tecnología, Ciencia, Natureza y Sociedad. In: _____. **Ciencia, Tecnología y Sociedad: estudios interdisciplinares en la universidad, en la educación y en la gestión pública**. Barcelona: Anthropos, 1990. p. 114-121.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: História e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa** [online], n. 117, p. 197-217, 2002.

NUNES, R. B. História da educação brasileira: o negro no processo de constituição e expansão escolar. In: XXII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste (EPENN). **Anais do XXII EPENN**. Natal/RN: UFRN, 2014.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C.. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 12, n. 1, p. 117–128, jan. 2006.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

PALACIOS, E. M. G., et al. Ciencia, Tecnología y Sociedad: una aproximación conceptual. **Cuadernos de Iberoamerica**. Madrid: Organización de Estados Iberoamericanos (OEI) para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2001.

PELUSO, M. G. **Diversidade étnica e cultural na EMIP**: como trabalhá-la a partir da biblioteca. 2012. 65 p. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Docência na Educação Básica), Faculdade de Educação da UFMG, Minas Gerais, 2012.

PEREIRA, A. P. et al. Biblioteca pública como dispositivo de transformação social e a Agenda 2030. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, v. 15, 2021.

PINHEIRO, N. A. M.; SILVEIRA, R. M. C. F.; BAZZO, W. A. Ciência, Tecnologia e Sociedade: a relevância do enfoque CTS para o contexto do Ensino Médio. **Ciênc. educ. (Bauru)**, Bauru, v. 13, n. 1, p. 71-84, 2007.

PRADO, G. M. A biblioteca comunitária como agente de inclusão/ integração na sociedade da informação. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p. 143-149, jan./jun. 2010.

RASTELI, A.; OLIVEIRA, J. D. A. O direito à cultura e a responsabilidade sociocultural das bibliotecas. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 10, n. 2, p. 20-38, 2019.

RIOS, R. R.; SILVA, R. Democracia e direito da antidiscriminação: interseccionalidade e discriminação múltipla no direito brasileiro. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 1, p. 44-49, 2017.

ROSENTHAL, D. B. Two approaches to science – technology – society (STS) education. **Science Education**, v. 73, n. 5, p. 581-589, 2008.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. fisioter.**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, fev. 2007.

SANTINI, L. A.; ESTABEL, L. B. Letramento informacional e educação científica: a biblioteca como espaço de desenvolvimento da autonomia, da cidadania e do aprender a aprender. In: XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2019, Natal. **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**. Natal: Abrapec, 2019. v. 12. p. 1-7.

SANTOS, H. Discriminação racial no Brasil. In: Gilberto Vergne Sabóia e Samuel Pinheiro Guimarães (orgs.). **Anais de Seminários Regionais Preparatórios para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

SANTOS, J. J. **O ensino de Ciências e a abordagem CTS na proposta político-pedagógica de Goiânia para a Educação de Jovens e Adultos**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SANTOS, W. L. P. Educação científica humanística em uma perspectiva freireana: resgatando a função do ensino de CTS. **Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v.1, n.1, p. 109-131, 2008.

SANTOS, W. L. P.; MORTIMER, E. F. Uma análise de pressupostos teóricos da abordagem CTS (Ciência – Tecnologia – Sociedade) no contexto da educação brasileira. **Revista Ensaio**. Belo Horizonte: vol. 2, n. 2, 2000.

SILVA, M. C. **Mapeamento de ações e práticas antirracistas em bibliotecas escolares do Rio Grande do Norte**. 2022. 55 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SILVA, S. A. A.; CARDOSO, A. M. P. Literacia informacional: uma revisão sistemática de literatura. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 18, 2020.

SILVA, S. S.; TANUS, G. F. S. C. O bibliotecário e as fake news. **Informação em Pauta**, v. 4 n. 2, n. 2, p. 58-82, 2019.

SORJ, B. **Brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SOUZA, L. G. S.; DUMONT, L. M. M. Exclusão e inclusão digitais em bibliotecas públicas municipais da região metropolitana de belo horizonte: análise do serviço de acesso à internet disponibilizado pelas instituições para o exercício da cidadania. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 23, n. 52, p. 48-60, 2018

STRIEDER, R. B. **Abordagem CTS e ensino médio**: espaços de articulação. 2008. Dissertação (Mestrado em Ensino de Física) - Ensino de Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SUAIDEN, E. J. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**. 2000, v. 29, n. 2, p. 52-60.

VALÉRIO, M.; BAZZO, W. A. O papel da divulgação científica em nossa sociedade de risco: em prol de uma nova ordem de relações entre Ciência, tecnologia e sociedade. **Revista de Ensino de Engenharia**, v. 25, n. 1, p. 31-39, 2006.

VIDEIRA, P. L. Criança negra e discriminação étnica na escola e movimentos pela educação popular. **Padê**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 89-111, jul./dez. 2007.

UJIIE, N. T.; PINHEIRO, N. A. M. O Enfoque Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) na Educação Infantil: discussão e aplicação possível. In: **XI ENPEC** - Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2017, Florianópolis. Anais do XI ENPEC, 2017.